

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Marta Souto Santos

A organização da educação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra na regional sudoeste da Bahia: memória de lutas e resistências (1994 – 2013)

VITÓRIA DA CONQUISTA
Agosto, 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Marta Souto Santos

A organização da educação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra na regional sudoeste da Bahia: memória de lutas e resistências (1994 – 2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA
Agosto, 2016

1111 Santos, Marta Souto
A organização da educação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra na regional sudoeste da Bahia: memórias de lutas e resistências (1994 - 2013); orientador Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos - Vitória da Conquista, 2016.
94 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1.Memória. 2.Luta pela terra. 3.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 4. Educação. I. SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: The organization of the education of the landless rural workers' movement in the county of southwest Bahia: memories of struggles and resistance (1994 - 2013)

Palavras-chaves em inglês: Memory, Struggle for land, Landless Workers' Movement (MST), Education.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (Orientador), Prof^a. Dr^a. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (titular) e Prof^a. Dr^a. Livia Diana Rocha Magalhães (titular).

Data da Defesa: 29 de agosto de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO


Marta Souto Santos

A organização da educação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra na Regional Sudoeste da Bahia: memórias de lutas e resistências (1994-2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 29 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Eduardo Félix dos Santos Ass.: 
(Presidente)
Instituição: UESB

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães Ass.: 
Instituição: UESB

Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo Ass.: 
Instituição: UNEB

Dedico

Aos meus pais, Ednaldo Martins Santos e Marlene Souto Santos responsáveis pela minha existência, os quais jamais pouparam esforços na tentativa de incentivar e proporcionar aos seus filhos acesso à escola e ao conhecimento. À minha filha Lorena Cristal, que irradia a minha vida com sua alegria e que me faz acreditar na possibilidade de uma sociedade de seres humanos emancipados.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que na trajetória da minha vida me apoiaram contribuindo de forma essencial para o meu crescimento.

Ao professor Cláudio, meu orientador, pela acolhida do meu projeto de pesquisa, pela orientação rigorosa e competente, além de vir se constituindo como amigo e companheiro me auxiliando na tarefa de elaboração desta pesquisa.

Às professoras Ana Elizabeth Alves e Livia Diana Rocha Magalhães pelas importantes contribuições na banca de qualificação desta dissertação.

Às professoras Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo e Livia Diana Rocha Magalhães, integrantes da banca de avaliação da defesa da dissertação, pelas críticas e contribuições ao trabalho.

À coordenação do curso pela condução coerente das atividades realizadas.

A todos os professores do curso que contribuíram de forma significativa para o meu crescimento e amadurecimento teórico.

Aos coordenadores e ex-coordenadores do Setor de Educação do MST na Regional Sudoeste da Bahia: Júlio, Arlete, Niltânia, Roselândia, Janaildes, Elpídia, Haidí, Telma, Leila, pela importante contribuição nas entrevistas.

Aos colegas do curso que contribuíram direta ou indiretamente de forma importantíssima para meu amadurecimento intelectual.

A Francisco, meu companheiro de amor, de todas as lutas e labutas pelos momentos felizes e principalmente, acima de tudo, pelos difíceis.

A Leila, Márcia, Eleneuda, Elpídia, Artaiza, Telma, Zene, Ivaete: minhas amigas, companheiras de fé e camaradas.

À Direção Regional do MST no Sudoeste da Bahia.

Por fim, à classe trabalhadora, pois, sem a sua luta, não teria sido possível o acesso aos novos conhecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de investigação a memória de educadores do MST no processo de luta pela organização e implantação da proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na regional Sudoeste da Bahia. A pesquisa tem como problema de investigação a seguinte pergunta: Que obstáculos, avanços e desafios se expressam na memória de educadores do MST na Regional Sudoeste da Bahia no que diz respeito à organização do Setor de Educação na região? O seu objetivo é analisar o processo de estruturação do Setor de Educação do MST na regional Sudoeste (1994-2013), com base na memória de educadores que participaram do processo de estruturação do Setor de Educação do MST na regional Sudoeste, relatamos e analisamos as dificuldades, avanços e desafios deste processo. Da pesquisa concluímos que, apesar de avanços na construção e implementação das proposições de educação do MST na regional Sudoeste da Bahia, muitos têm sido os embates e dificuldades para a implantação da proposta. Essas dificuldades se apresentam tanto em termos de compreensão dos princípios pedagógicos e filosóficos da educação do MST, quanto em termos de organização do trabalho educativo com base nos mesmos. Por fim, entendemos a necessidade de maiores registros sobre os processos de construção do Setor de Educação do MST na regional sudoeste para que a memória seja preservada e se possa ter condições de melhor compreender a história do Movimento e da educação na região centro-sul da Bahia.

Palavras-chave: Memória. Luta pela terra. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Educação.

ABSTRACT

This work has as research object the MST educators' memory in the struggle process for the organization and implementation of the educational proposal of the Landless Rural Workers' Movement in the county of Southwest Bahia. The research's problem aims to answer the following question: which obstacles, advances and challenges are expressed in the Bahia Southwest County MST educators' memory regarding the organization of the Education Sector in the region? Our purpose is to analyze the structuring process of the MST Education Sector in the Southwest county (1994-2013), based on the memory of educators who participated in the structuring process of the MST's Education Sector in the Southwest county, report and analyze the difficulties, progresses and challenges of this process. From our research, we conclude that, despite advances in the construction and implementation of the MST's education proposals in the county of Southwest Bahia, many have been the struggles and difficulties in the implementation of this proposal. These difficulties arise both in terms of understanding the pedagogical and philosophical principles of MST education and in terms of organization of the educational work. Finally, we claim for the need for more records on the construction processes of the MST Education Sector in the southwest county in order to preserve the memory and to be able to better understand the history of the Movement and of education in the south-central region of Bahia.

Keywords: Memory. Struggle for land. Landless Workers' Movement (MST). Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| ENERA | Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária |
| IBRA | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INDA | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PNERA | Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| PJMP | Pastoral da Juventude |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| PROTERRA | Programa de Distribuição de Terras |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Karl Marx

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA | 15 |
| 2.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS | 15 |
| 2.2 BREVE TRAJETÓRIA DAS LUTAS QUE COMPÕEM A GÊNESE DO MST | 18 |
| 2.2.1 O MST na Bahia | 23 |
| 2.2.2 O MST na Região Sudoeste da Bahia | 25 |
| 3 A PEDAGOGIA DO MST | 29 |
| 3.1 A EDUCAÇÃO DO MST: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO | 31 |
| 3.2 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E ESCOLA NO MST | 37 |
| 3.3 A LUTA SOCIAL COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SER HUMANO | 40 |
| 3.4 A PEDAGOGIA DO MST E SUA INTENCIONALIDADE | 42 |
| 3.4.1 Educação para a Transformação Social | 44 |
| 3.5 O MST E O MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO | 49 |
| 4 MEMÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MST NA REGIONAL SUDOESTE DA BAHIA | 54 |
| 4.1 O SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO | 55 |
| 4.2 PRIMEIROS PASSOS DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST DA REGIONAL SUDOESTE DA BAHIA | 56 |
| 4.3 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS EDUCADORES | 62 |
| 4.4 AVANÇOS E CONTRADIÇÕES | 66 |
| 4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DO MST NA REGIONAL | 75 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 80 |
| REFERÊNCIAS | 87 |
| APÊNDICES | 91 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere nas discussões do projeto Memória, Luta de Classes e Educação, e trata do estudo da memória da trajetória da implantação da educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região Sudoeste da Bahia.

Devido ao contexto de lutas e à falta de organização dos registros dessas ações ao longo do tempo, como educadora e militante do MST, graduada no curso de pedagogia da Terra, senti a necessidade de sistematizar e compreender melhor essa trajetória e suas implicações na formação dos educadores e educadoras dos acampamentos e assentamentos. Essas implicações atuam tanto na individualidade, percebendo características e manifestações, como na formação da coletividade, influenciando gerações posteriores.

Desse modo, utilizaremos como recurso de pesquisa o campo da memória a fim de termos elementos para a sistematização de uma história localizada no Sudoeste Baiano, marcada por conflitos, acordos, embates no meio rural que fazem parte da memória dos que dela participaram e que precisam ser registradas e estudadas para que não se percam com o passar dos anos.

Para tanto, se faz importante discutir a concepção de memória em autores que consideramos basilares para o desenvolvimento deste estudo.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória, no âmbito da coletividade foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Mas, a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. O estudo da memória coletiva é uma das formas fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativa aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (HALBWACHS, 1990).

Na visão de Pollak (1989), estudar as memórias coletivas implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

Numa sociedade dividida em classes, a separação da memória do ofício em relação a seus oficiais, possibilita moldar a memória do grupo a partir daqueles que o exploram.

Ainda no sentido de formar uma memória coletiva, a escola parece desempenhar um papel fundamental. Nesse sentido, Halbwachs destaca que “o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, ou seja, a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do indivíduo” (HALBWACHS, 1990, p. 38).

Entretanto, é no sentido de exemplaridade que as memórias, buscadas através das lembranças, cumprem seu mais importante papel. Através das histórias e vivências de superação, cria-se um sentimento de pertencimento ao grupo e de crença nos ideais por ele defendidos; é a chamada “memória compartilhada” (MEDEIROS, 2015)

A memória coletiva ou social tem sua vigência enquanto memória viva, como se disse, relacionada ao modo de produção e por esse condicionada e, à medida que se desenvolvem as forças produtivas com as suas exigências complementares, os meios de imobilização (objetivação da memória) sofrem mudanças, mesmo que sejam acréscimos. Nesse sentido, falar em memória oral (étnica), memória escrita, tipográfica, tem sentido. Mas isso não significa desconhecer mediações e formas de coletivização da memória.

Às vezes, como no mito, uma pessoa a cria e, havendo condições propícias à sua permanência, ela se desenvolve, é acrescida, muda de sentido, e permanece, o que ao mesmo tempo significa seu compartilhamento profundo, enraizado. A igreja, a escola, a família, a classe social, dentre outros entes ou instituições, fazem mediações entre a utensilagem do modo de produção e aquilo que deve ser preservado (vigente) como memória, atualizando-a, reproduzindo-a (MEDEIROS, 2015).

Observa-se, portanto, que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem ser o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade (POLLAK, 1989).

Diante disso, a sistematização das experiências de um grupo que se empenhou e se dedicou a construir um Setor de Educação no interior de um território geopolítico específico, o MST na região Sudoeste da Bahia, terá na memória uma importante referência de análise. Reiteramos que boa parte das ações, estudos e reflexões realizados nas áreas de acampamento/assentamento são comprometidas por não estarem devidamente registradas e sistematizadas, perdendo-se a oportunidade de ter essas ações materializadas a fim de análise

crítica, no intuito de potencializar essas experiências no âmbito da luta pela terra e pelos direitos humanos.

Em nosso caso específico, nos dedicaremos a expor a construção e consolidação de uma proposição educativa oriunda de um movimento social com marcante presença nas lutas de classe no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O presente trabalho, portanto, parte da seguinte pergunta de investigação: Que obstáculos, avanços e desafios se expressam na memória de educadores e lideranças do MST na Regional Sudoeste da Bahia no que diz respeito à construção da pedagogia do movimento?

O objetivo central desta pesquisa é analisar como se deu o processo de implantação da proposta educacional do MST na regional Sudoeste da Bahia com base na memória de educadores e lideranças que participaram da construção deste projeto no período de 1994 a 2013. Especificamente objetivamos: a) Analisar a luta pela terra no Brasil e a especificidade destas lutas na região sudoeste; b) discorrer acerca da pedagogia do Movimento Sem Terra; c) descrever e analisar a trajetória da construção da pedagogia do MST na Regional Sudoeste da Bahia com base nas memórias de educadores do Movimento.

O primeiro passo dos procedimentos da pesquisa foi levantar o material bibliográfico para situarmos de forma mais detalhada no debate sobre educação do campo. Partindo da revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre memória, educação, educação no MST e educação do campo, tomamos como pressuposto o entendimento de que a elaboração do conhecimento implica a apreensão do conteúdo do fenômeno, o qual sempre está saturado de mediações históricas concretas que só podem ser compreendidas lançando mão das abstrações do pensamento teórico.

Ao depararmos com o material bibliográfico, seguimos os passos indicados por Lessa (2007, p. 17), a saber:

Inicia-se pela decomposição do texto em suas unidades significativas mais elementares, isto é, por decompô-lo em suas ideias, conceitos, categorias mais elementares. Isto requer o fichamento detalhado, não raramente se detendo nos movimentos significativos de cada parágrafo ou mesmo frase; 2) a partir destes elementos, busca-se a trama que os articula numa teoria, tese ou hipótese no sentido mais palmar do termo, reconstruindo o texto em suas dimensões mais íntimas; 3) o próximo passo é investigar seus nódulos decisivos e buscar os pressupostos implícitos, ou as decorrências necessárias, dos mesmos; 4) feito isso, na maioria dos casos (mas não em todos) pode-se passar à construção de hipóteses interpretativas do texto, trazendo assim, pela primeira vez para a análise imanente a finalidade que conduziu à pesquisa daquele texto em especial; 5) a partir deste ponto, várias alternativas podem se apresentar à abordagem imanente, dependendo de cada caso, de cada objeto, de cada investigação. Na quase totalidade dos

casos, contudo, se inicia o movimento para fora do texto buscando suas determinações históricas as suas razões contextuais mais profundas; 6) localizado o nexo entre a estrutura interna do texto e seu contexto histórico, abre-se o momento final da abordagem imanente: a elaboração da teoria interpretativa do texto (ou do aspecto, categoria ou conceito em questão) de modo a retirar do texto os elementos teóricos para a elucidação do objeto em exame. (LESSA, 2007, p. 20-21)

Uma das maiores dificuldades do processo de investigação se deu pela ausência de material escrito (relatórios, folders, sínteses dos encontros). Contudo, utilizamos como fonte documental a Proposta Política e Pedagógica para as escolas de Assentamentos de reforma Agrária-Regional Sudoeste-2014 e o documento Desafio da formação para Educadores da Reforma Agrária-2012, produzido pela Regional Sudoeste.

Realizamos entrevistas com 08 educadores do MST sobre o processo de estruturação do setor de educação do MST na regional Sudoeste da Bahia, com foco nos encontros regionais de educadores do MST. O critério de escolha desses sujeitos foi a participação dos mesmos na coordenação e no processo de estruturação do setor de educação do Movimento na regional Sudoeste, bem como a efetiva atuação nos encontros de formação de educadores.

Neste sentido, observamos, prioritariamente, os seguintes aspectos nos depoimentos: a) como está posta nos sujeitos entrevistados a compreensão da relação luta de classes, educação e educação escolar; b) como concebem o conhecimento no processo formativo escolar e do militante; c) como concebem os fundamentos filosóficos e pedagógicos do MST; d) quais são as dificuldades e os avanços em termos do trabalho educativo na formação de professores e no trabalho desses nas escolas com base nos princípios pedagógicos e filosóficos do MST.

Feitas as análises e a sistematização a partir dos aspectos observados, passamos para a sistematização da dissertação.

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro versa sobre a luta pela terra e pela educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ali tratamos da importância da memória no processo de formação do sujeito Sem Terra e das questões acerca da história da luta pela terra e pela educação naquele movimento social. O segundo capítulo aborda a Pedagogia do MST. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos as memórias de educadores sobre a estruturação do Setor de Educação do MST na regional Sudoeste da Bahia.

2 LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

2.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS

Desde a chegada do colonizador português, há mais de 500 anos, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração, a concentração da terra e a expulsão das pessoas de seu lugar, problemas que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Foram e são lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2000).

Exemplos dessas lutas que transcorreram no decorrer dos séculos XVI e XVII são as dos povos indígenas. De Norte a Sul, Potiguares, Tamoios, Guaranis e tantas outras etnias, lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África. No final do século XVI, havia mais de 15 mil africanos escravizados trabalhando nos engenhos. Também data dessa época a existência do primeiro quilombo. O quilombo era um território de resistência. Nesses espaços viviam alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Palmares foi o maior quilombo da história da resistência ao cativo. No final do século XVII, em torno de 20 mil pessoas viviam neste território de resistência. Foram muitos os quilombos que se formaram por todo o Brasil. Quilombos foram atacados e destruídos e novos quilombos foram erguidos em três séculos de luta contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo. Nessas lutas foi enfrentado e destruído o insustentável sistema escravocrata (MEDEIROS 2009).

Na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, a lei de terras de 1850 foi instituída no Brasil com a finalidade de regulamentar a propriedade da terra, evitando que escravos e imigrantes tivessem acesso à propriedade da terra. Por esta lei, grosso modo, os títulos de propriedade da terra deveriam ser adquiridos mediante contrato de compra e venda das mesmas nos respectivos cartórios. Isso impedia que os trabalhadores obtivessem o acesso à propriedade agrária. (FERNANDES, 2000). Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro-capitalista. Assim,

permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Na Primeira República ou República Velha (1889-1930), grandes áreas foram incorporadas ao processo produtivo e os imigrantes europeus e japoneses passaram a desempenhar um papel relevante. O número de propriedades e de proprietários aumentou em relação às décadas anteriores, mas, em sua essência, a estrutura fundiária manteve-se inalterada (ONOFRE; SUZUKI, 2008).

Conforme Morissawa (2001), a formação das fazendas desenvolveu-se num processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros – verdadeiros traficantes de terra – formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, para depois serem expropriados. Os que resistiram na terra eram subjugados ao poder do coronel pela perseguição e a morte.

Inicia-se assim a guerra contra os camponeses. Tomemos o exemplo de Canudos como um dos maiores focos de ataque dos latifundiários e do Estado, bem como de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam em Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte (FERNANDES, 2000). A organização econômica acontecia por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente.

Diante dessa situação de apropriação e formação de um núcleo que divergia da organização tradicional pautada na propriedade privada da terra, um verdadeiro aparato de guerra foi montado contra Canudos que tomba no final do século XIX.

Outro exemplo de luta e resistência camponesa se deu no Sul do Brasil, nos estados do Paraná e Santa Catarina, também no final do século XIX. Foi a revolta do Contestado. (FERNANDES, 2000).

É importante registrar que os camponeses sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. De acordo com Morissawa (2001), desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Mediante a tantos conflitos e pressões violentas exercidas pelos latifundiários sobre grupos de lavradores, utilizando as formas mais truculentas na expulsão desses pobres do

campo, utilização de capangas, grilagem de terras, assassinatos, o camponês ainda assim resiste a todos os meios de abuso, ora feitos pelos latifundiários, e ora feitos pelo Estado. Nesse entrave, e na fase final dos governos populistas como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, foram realizadas várias conferências e congressos camponeses em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde eram proclamadas as reivindicações por uma reforma fundiária justa para os homens do campo (ONOFRE & SUZUKI, 2008).

Durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, “foram mantidos à margem do poder, por meio da violência”, atestam Stedile e Fernandes (2005, p.20). Nos grandes projetos nacionais, esses sujeitos não foram considerados. Ao contrário, foram julgados como obstáculos que precisavam ser removidos.

Em 1964, a ditadura civil-militar tomou o poder transformando o Brasil numa espécie de paraíso dos latifundiários, forçando os camponeses à continuarem em seu processo de negação do acesso à terra, migração pelo território, sobretudo para os grandes centros urbanos. O ataque contra os trabalhadores, e, especificamente, contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandido os conflitos, fazendo eclodir novas formas de lutas camponesas.

As intensas lutas por terra que ocorreram nos 20 anos que antecederam o golpe militar de 1964, e que foram importantes para a consolidação da reforma agrária como uma bandeira encampada por diferentes vertentes das lutas no campo, sofreram um forte revés com o fim da democracia. Mas nem por isso o tema saiu de cena.

A aprovação, ainda em 1964, do Estatuto da Terra e de uma emenda constitucional que permitia o pagamento das terras desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária com títulos da dívida pública inscreveu o tema da mudança fundiária nos códigos legais e gerou instituições próprias para tratá-lo: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em 1970 fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (MEDEIROS 2009).

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária, determinou a militarização do problema da terra. A militarização originou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores.

Em 1971, o decreto lei nº 1.179 de 06 de julho, institui o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA), que indenizava parte da propriedade do latifúndio. Só que o proprietário escolhia a quem ele vendia o lote de terra a ser indenizado. Assim, os

proprietários, geralmente, vendiam as piores partes de suas propriedades que eram negociadas pelos melhores preços, auferindo maior renda da terra.

Desse modo, os pacotes agrários financeiros sustentam, em essa versão, a manutenção e a mediação de políticas agrárias que favorecem os grandes proprietários capitalistas., enquanto que as voltadas para os pequenos produtores obram, até hoje, como um sonho não realizado, tendo uma função maior de prender e acalmar os ânimos dos trabalhadores, espaçando a luta de classes.

No início da década de oitenta, as experiências com ocupações de terra nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A construção do Movimento se constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aprendendo com a história da formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantido a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam.

Também se constituíram “movimentos”, que se organizavam por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele. Entre eles podem ser citados: o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Seringueiros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MORISSAWA, 2001).

Essas iniciativas, a princípio sem visível articulação entre si, começaram a se agregar por meio do trabalho da Comissão Pastoral da Terra e a se expandir, culminando na constituição do MST que teve seu marco em um encontro nacional de camponeses realizado em Cascavel, no Paraná, em 1984.

2.2 BREVE TRAJETÓRIA DAS LUTAS QUE COMPÕEM A GÊNESE DO MST

No sentido de melhor compreender a problemática que envolve a questão agrária no Brasil, vale salientar que nem a luta pela terra, nem mesmo os mecanismos utilizados por parte dos trabalhadores para obter um pedaço de chão são novos. Assim como também não foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que a originou, como corrobora Bezerra:

O que aparece como novidade nesse contexto de luta pela terra, é a tentativa de se fazer uma ligação entre a questão cultural e educacional com a problemática da concentração de terras, discutindo-se formas de organização

e defesa da propriedade coletiva dos meios de produção e da democratização do poder político e da propriedade. (BEZERRA NETO, 1998, p. 16).

O processo da luta pela terra no Brasil teve início com a resistência dos povos indígenas, ainda no período colonial, na tentativa de defender seu território invadido pelos portugueses. Ou seja, surgiu em detrimento da “Conquista” do território brasileiro pelos portugueses e também do sistema imposto aos índios sobre a posse e o uso da terra. Nesse sentido, Martins defende que:

O sistema de agricultura desenvolvido em terras brasileiras era voltado para a produção de alimentos e matérias-primas para atender ao mercado europeu; desse modo, um pequeno grupo de colonizadores receberam doação de grande extensão de terra, onde deveria empregar centenas de escravos, indígenas ou negros africanos. Para isso necessitavam manter povos submetidos pela força e controlar o acesso à propriedade da terra. Daí, a concentração fundiária levada ao extremo, impedia que os pobres “livres” tivessem acesso à terra para cultivá-la, mesmo visando a produção do seu próprio alimento. (MARTINS, 2008, p. 18).

Com as chamadas lutas messiânicas, a luta pela terra ganhou grande impulso. A primeira delas aconteceu entre os anos de 1870 e 1897, no Sertão da Bahia, na região de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, tendo este sido derrotado pelas tropas federais, após inúmeros embates sangrentos. Essas lutas acabam por sua vez influenciando e servindo como referência para alguns militantes e lideranças do MST posteriormente.

Nesse interim, destaca-se outro movimento de luta pela terra, ocorrido na região de Contestado, situado na divisa de Santa Catarina com o Paraná, entre os anos de 1912 e 1916, que teve como líder o monge José Maria, e também foi derrotado pelas tropas federais. Os conflitos relatados caracterizam a primeira etapa de lutas pela terra no período republicano.

Dentre os movimentos ora citados, destaca-se também o Cangaço, entre os anos de 1930 e 1934, liderado por Lampião e ainda o movimento ocorrido no Ceará, liderado pelo padre Cícero. Ambos são considerados pelo MST como referências importantes da luta pela terra e contra o latifúndio na região Nordeste do Brasil.

Houve, ainda, um segundo momento de embates no processo da luta pela terra, marcado pela violência e utilização das milícias armadas (BEZERRA NETO, 1998). Dentre esses destacam-se: a luta dos posseiros de Teófilo Otoni, em Minas Gerais (1945-1934), a revolta Dona “Nhoca”, no Maranhão (1951), a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1952-1958), a revolta do Sudoeste do Paraná (1957), e a luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, São Paulo (1959).

Ainda com base nas reflexões de Bezerra Neto (1998), ocorreu entre os anos de 1950 e 1954 uma terceira fase da luta pela terra, a qual se desenvolveu a partir do surgimento de vários movimentos de trabalhadores camponeses que se organizaram em entidades como as ULTABs (União dos lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), nas regiões Sul e Sudeste do país, as Ligas Camponesas, na região Nordeste, e o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terras), no Rio Grande do Sul.

As Ligas camponesas foram outro importante movimento dos anos (1950-1960), que lutou pela quebra do latifúndio no Nordeste, no estado de Pernambuco, mais especificamente na região do semiárido. O MST é herdeiro deste movimento por considerar vir daí suas maiores influências.

Todos estes movimentos, ora evidenciados, tiveram um caráter de luta regional, com exceção das ULTABs que tinha como objetivo articular um movimento de trabalhadores da agricultura a nível nacional. Os demais não conseguiram organizar-se para ir além dos Estados, o que culminou na impossibilidade do avanço das lutas em prol da Reforma Agrária. Segundo Bezerra Neto:

Depois desse período, com o Golpe Militar de 1964, estabeleceu-se a chamada paz de cemitérios no campo brasileiro (expressão bastante utilizada pelo movimento sindical para designar um período de ausência de reivindicações no campo, ocorrido pelo fato de que os trabalhadores que se envolviam nas lutas eram calados pelas armas da repressão política ou pelas milícias armadas dos fazendeiros). Até que no final da década de 70, sobretudo após a fundação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e as greves do ABC paulista, os camponeses sentiram-se estimulados a lutar por espaços para plantio, iniciando no Rio grande do Sul as ocupações de terra que estão na gênese do MST (BEZERRA NETO, 1998, p. 18).

Vale salientar, nesse sentido, que todos os momentos de embates e lutas dos trabalhadores do campo ao longo da história do Brasil se deu em decorrência da imposição e manutenção do sistema capitalista, no qual a burguesia é a detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora encontra-se na condição de explorada, sendo obrigada a atender especificamente às demandas do capital.

Assim, a reivindicação dos trabalhadores através da luta acontece exclusivamente em torno da redistribuição da terra e do combate às investidas do capitalismo, no intuito de romper com as imposições inerentes a esse sistema.

Nesse interim, nasce o MST, oriundo das lutas concretas travadas pelos trabalhadores rurais em busca da conquista da terra, desenvolvidas de forma isolada na região Sul do Brasil, num período em que os povos do campo eram expulsos de seu território em decorrência do

aumento da concentração de terras, em detrimento da crise do processo de colonização imposto pelo regime militar e da modernização da agricultura.

Como relata Araújo (2000), o aparecimento do MST no cenário brasileiro deve-se a um conjunto de fatores de natureza variada:

- a) Fatores econômicos – o processo de expansão na agricultura brasileira durante os governos militares; a mecanização extensiva da lavoura, que dispensou grande contingente de mão-de-obra e concentrou a propriedade da terra; a introdução da monocultura, principalmente soja, cana-de-açúcar e algodão;
- b) Fatores políticos – o avanço das lutas operárias e populares nos centros urbanos, que passaram a enfrentar a ditadura militar e a lutar pela volta ao estado de direito; a conquista da redemocratização do Estado que possibilitou novas formas de organização e manifestações dos interesses populares;
- c) Fatores sociais e ideológicos – o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica através da CPT e da pastoral popular da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB); o surgimento de um novo sindicalismo no campo, que propagava um sindicato de massas, de classe, combativo e democrático, dando origem, em 1983, junto com os sindicatos urbanos, à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para Araújo (2000), esses vários fatores interligados proporcionaram as condições sociais, econômicas e político-ideológicas para o surgimento de lutas camponesas no final da década de 70 e início da década de 80. A troca de experiência entre os diversos atores destas lutas possibilitou a articulação e fundação do MST, em 1984, durante o I Encontro Nacional realizado em Cascavel, Estado do Paraná.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que teve origem a partir de vários outros movimentos populares de luta pela terra, os quais realizaram ocupações de terras nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, no início da década de oitenta. Porém, a fundação do MST ocorreu oficialmente em 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, durante a realização do Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como participantes oitenta delegados representando treze Estados (MORISSAWA, 2001).

O MST se caracteriza por três momentos históricos: o primeiro se refere à articulação e organização da luta pela terra, (objetivando construir um movimento de caráter nacional); o segundo é o processo de constituição do MST como uma organização social; e o terceiro é a luta por um novo projeto de sociedade (MORISSAWA, 2001).

Partindo das reflexões de Fernandes (2000), chamamos de gestação do MST o movimento iniciado desde a gênese que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terras, bem como as reuniões e os encontros que originaram o nascimento do MST ao ser fundado em 1984.

Os fatores econômicos e políticos são pontos fundamentais para a compreensão do MST. Esse se constitui fruto do processo histórico de resistência do homem e da mulher do campo, dessa forma é parte e continuação do processo de luta pela terra, por Reforma Agrária e pela transformação social. Como aponta Araújo:

Refletir sobre os Movimentos Sociais do Campo é, antes de tudo, reconhecer a diversidade de organizações e ações existentes. Cada movimento social do campo vem ao longo da história demonstrando diversas maneiras de viver e enfrentar as contradições existentes no campo brasileiro. Embora compondo uma diversidade de (camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assalariados, sem-terra...), o universo dos Movimentos Sociais do Campo encontra-se na unidade da luta contra a ofensiva do capital, que com os avanços no campo tem produzido as mesmas contradições, tanto para os pequenos proprietários quanto para os assalariados. (ARAÚJO, 2007, p. 57)

Assim, nos seus 31 anos, o MST realizou em 2014 seu VI congresso nacional em Brasília, contando com a participação de 17 mil delegados. Na oportunidade, além de pautar a importância da reforma agrária, discutiu-se também o seu propósito de lutas e unificação de novas formas de resistência contra os ditames do imperialismo.

O MST, nos últimos anos, vem se constituindo como o mais importante movimento popular brasileiro, sendo uma das organizações de massa mais relevantes da atualidade. Araújo explica que:

O MST, a despeito de ter surgido no contexto das lutas populares da década de 80, que trazia um forte cunho de lutas localizadas, sofreu influências diversas, mas simultaneamente produziu uma atuação bastante original. Sua reivindicação principal é em torno da reforma Agrária, uma luta considerada reformista/economicista com o objetivo de melhorar a situação de pobreza dos trabalhadores do campo através da socialização da terra, cuja propriedade estava e está por demais concentrada, permitindo que o Movimento se tornasse a principal referência da luta de classe no Brasil do início do século XXI. (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Desde o início da sua formação, o MST se defrontou com a contradição central do sistema capitalista no campo. Dessa forma, ficou evidente a necessidade de compreender que para realizar uma Reforma Agrária eficaz, urge travar a luta contra o modelo de sociedade

vigente. Assim, o MST representa um grande incômodo e ameaça para aqueles que detêm o poder dos meios de produção em nosso país e que são consideradas as grandes elites.

2.2.1 O MST na Bahia

Na região Nordeste, entre o Extremo Sul do Estado da Bahia e a divisa com o Espírito Santo, a CPT já promovia a articulação das lutas locais, mas deixou de atuar ali devido à criação da diocese de Teixeira de Freitas, cujo bispo não comungava com as ideias da Igreja Progressista da qual ela faz parte. Esse fato fez com que o MST enviasse para lá lideranças tiradas de Santa Catarina para reunir e organizar as famílias sem-terra e implantar o Movimento no Sul do estado e estendê-lo depois por toda a Bahia. Como se pode ler em Morissawa:

Esse trabalho foi iniciado em novembro de 1985. Foram eleitos dois representantes para cada grupo de cinco municípios da região. Eles ficaram sediados em Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamaraju, Eunápolis e Caravelas, compondo no conjunto a Coordenação Regional do MST. (MORISSAWA, 2001, p. 181).

Surgem entre 1985 a 1987 os primeiros grupos organizados de sem-terra: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Pastoral da Juventude (PJMP). Foram esses os grupos que articularam a vinda das lideranças nacionais do MST para a região Extremo-Sul. Araújo ainda esclarece:

O MST iniciou a sua ação na década de oitenta, a disputa central se dava com os latifundiários, na disputa apenas por um pedaço de terra; a década de noventa apontou para uma nova fase da luta de classe que se caracterizou pela disputa de projetos políticos: de um lado, o projeto da classe trabalhadora, representada pelas organizações dos trabalhadores, entre eles o MST; de outro, o modelo neoliberal orientado pelos países capitalistas do Norte, através das organizações imperialistas como FMI e Banco Mundial, e as grandes corporações que buscam abrir as portas dos países pobres para saquear as suas riquezas, submetendo os povos destes países ao controle das nações imperialistas através da cultura, da economia, do controle do espaço, do solo, das riquezas do subsolo, da água doce. A essa disputa, o MST decidiu reafirmar o seu projeto político, aproveitando a luta por conquistas imediatas provenientes das políticas públicas implementadas pelo Estado burguês como tática para acumular forças em direção ao projeto estratégico-socialista. (ARAÚJO, 2007, p. 61-62).

Assim, com a chegada das lideranças do MST que se articularam com as lideranças locais, a luta pela reforma Agrária foi fortalecida. Nesse contexto histórico, em cinco de setembro de mil novecentos e oitenta e sete foi realizada a primeira ocupação de terra nessa região, no município de Alcobaça, Bahia, em uma área denominada Projeto 40-45. Segundo Fernandes:

O MST fez a primeira ocupação no Estado da Bahia e marcou o início do Movimento na Região Nordeste. A terra ocupada pertencia a Companhia Vale do Rio Doce e foi desapropriada por ser parte de um projeto de plantação de eucalipto. Cerca de 50 famílias participaram da ocupação e acamparam numa parte da área total de 5.100 hectares. (FERNANDES, 2000, p. 99).

Dado o fato de as terras estarem desapropriadas, não houve ação de despejo, logo, em seguida foi dado início às negociações para implantação do assentamento. Partindo das reflexões de Araújo (2000), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao realizar as primeiras ocupações na região, trouxe um novo método de ocupação em massa, o que o diferenciava das lutas de posseiros, que ficavam mais vulneráveis aos ataques de pistoleiros. Com essa estratégia, o MST intensificou as mobilizações e as ocupações expandindo-se para outras áreas. Conforme relata Fernandes:

Em 1989, uma parte importante da forma de organização do MST da Bahia já estava constituída, de modo que os sem-terra começaram a territorializar o Movimento no Sul Baiano e realizaram uma ocupação no município de Camamu: ocuparam a fazenda Mariano em uma região de muitos conflitos entre posseiros e grileiros. Ocupar a terra era agora uma ação conhecida pela dureza do enfrentamento e pela alegria da conquista. O início do processo de construção do MST no Estado da Bahia estava consumado (FERNANDES, 2000, p. 103).

Segundo o documento produzido pelo Setor de Educação do MST/BA, foi nesse contexto que surgiram na Bahia as primeiras mobilizações por educação nos anos 90. Naquela época, os trabalhadores do assentamento Primeiro de Abril formaram uma comissão de pais e junto com a direção das associações de produção dos assentamentos foram até a prefeitura do município de Prado, solicitando regulamentação das escolas precariamente existentes. Reivindicavam a contratação de professores e merendeiras para quatro assentamentos: Primeiro de Abril, Riacho das Ostras, Três Irmãos e Corumbau. Assim o relata Araújo:

Esta primeira mobilização foi relevante e significativa, pois permitiu resgatar e manter viva a esperança, alargando a compreensão de que o capítulo da

luta pela terra não se encerra com a conquista de um pedaço de chão. Constituiu o aprendizado para que todos que dela participaram se transformasse em referência para o Movimento como um todo, na região Extremo-Sul (ARAÚJO, 2000, p. 45).

Nesse interim, através de cada mobilização, de cada enfrentamento, mesmo que os resultados obtidos não fossem os esperados, os trabalhadores iam acumulando experiências e tomando consciência das contradições políticas e sociais, aprendendo a negociar, desafiar, pressionar as autoridades. Como afirma Morissawa:

No final de 1989, O MST estava constituído no Sul da Bahia. As conquistas animaram outros sem-terra a organizar-se no Movimento. Durante a década de 1990 expandiu-se no Estado, abrangendo Camacã, Camamu, Belmonte, Una, Itacaré, Itamaraju, Arataca, Itabuna, Vitória da Conquista, alcançando, mais para o Norte, Andaraí (Chapada Diamantina), Santo Amaro e Boa Vista do Tupim, entre outras localidades. Prado e Eunápolis conheceram diversas outras ocupações de sem-terra. (MORISSAWA, 2001, p. 182).

Ainda segundo os documentos pesquisados, evidencia-se que as mobilizações por escolas realizadas pelo MST nessa região foram intensas nos anos de 1996 e 1997 e que as crianças sempre estiveram presentes nessas mobilizações (ARAÚJO, 2000). Ao analisar a trajetória das mobilizações por escolas na região Extremo-Sul da Bahia na década de 90, fica claro que a garantia de direitos legalmente assegurados só se concretiza mediante longo e penoso percurso de lutas e pressão permanente.

2.2.2 O MST na Região Sudoeste da Bahia

A Região Sudoeste da Bahia é formada por 39 municípios, destacando-se pela criação de bovinos no Estado. Sua atividade agrícola está concentrada na cafeicultura, mais precisamente nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto, e também na horticultura em Jaguaquara e municípios vizinhos (IBGE, 2015). Há ainda os cultivos provenientes de irrigação artificial nos municípios de Anagé, Tremedal e Caraíbas.

Em Vitória da Conquista e Barra do Choça, estabeleceu-se por muitos anos uma atividade essencialmente pecuária. A relação entre patrão e empregado nesse processo se dava de forma “deturpada”, ou seja, o dono da fazenda batizava o filho do vaqueiro e de seus demais agregados, esse vínculo de compadrio servia para descaracterizar a relação entre ambos. No lugar do empregado, estava o compadre. De acordo com Medeiros:

Os pobres do campo são inteiramente dominados por um conjunto de mecanismos capazes de impedir o desenvolvimento de uma consciência política. São geralmente agregados da fazenda. Sua inteira dependência ao dono da terra reforça-se por laços de compadrio e outras características de um sistema de clientela. Não se vinculam a um sistema político; dependem do dono da fazenda, dependência esta mais brutal quando se sabe que a atividade dominante, a pecuária, absorve pouquíssima mão-de-obra. Sem-terra e sem trabalho numa região em que o “exército de reserva de mão-de-obra” é amplo, o emprego é um “dom divino” e a “agregação” um favor que impõe fidelidade. A estrutura social, definida pelo conjunto de fazendas símiles, entorpece qualquer pensamento político por parte do pobre do campo. Não é o trabalho subordinado contratual que existe; o que existe é o trabalho do camponês que aparece como favor deferido a este pelo dono da terra. O monopólio da terra, a disparidade entre os homens disponíveis ao trabalho e a inexistência de um mercado de trabalho, fazem com que o fazendeiro seja o dono da vida e imponha seu domínio à legião dos homens do campo” (MEDEIROS, 2002, sem numeração).

A situação ora descrita sofreu mudanças relativamente lentas, a medida em que a sociedade regional ia se modernizando. Porém, ainda persistem vários resquícios, apesar desse período ter compreendido até a década de sessenta.

Em 1972, começa a estabelecer-se em Vitória da Conquista e barra do Choça a agricultura cafeeira. Agora, as relações entre patrão e empregado se davam de forma contratual. Essa nova realidade será responsável pela formação de um proletariado rural, (MEDEIROS, 2002). É bastante significativo o fato de os trabalhadores reivindicarem através de greve seus direitos. Vale salientar que esse movimento grevista era ainda muito limitado.

Os trabalhadores da lavoura cafeeira não estavam devidamente organizados, pois alguns grupos só trabalhavam no período da colheita. Existiam dois meios para se organizarem: as comunidades de base da igreja e os sindicatos de Vitória da Conquista e Barra do Choça, embora ambos contavam com aderência de poucos trabalhadores.

Assim, como produto decorrente do avanço do sistema capitalista no campo do Sudoeste da Bahia, a greve dos catadores de café confirma-se como um acontecimento importantíssimo da organização dos trabalhadores rurais assalariados, entrando em confronto com o modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado, que provocou grandes mudanças nas relações de trabalho.

Diante dessa realidade e contrastando com o avanço da expulsão do homem do campo, provocado também pelo avanço tecnológico, o qual tem por objetivo diminuir a mão-de-obra, e ainda com o desemprego enfrentado por esses trabalhadores na cidade, fica então clara a necessidade de forjar novas formas de luta pela terra nessa região.

Nesse interim, o MST passou a atuar na região, tendo por primeira ocupação a da Fazenda Pau Brasil, na região de Barra do Choça, na década de 70, quando setores da igreja Católica e oposições sindicais se juntaram para incentivar a organização de famílias camponesas a ocupar as terras improdutivas dessa região, que culminou com a ocupação de 180 famílias na referida fazenda (SALGADO, 2006).

O processo de luta camponesa na região impulsionou os trabalhadores e trabalhadoras rurais que lidavam com a cultura do café a se organizarem para um enfrentamento político com os fazendeiros no intuito de garantir melhores condições de trabalho, alojamento no período da colheita do café e aumento de salário.

Todo esse movimento de luta propiciou aos trabalhadores rurais uma nova consciência social, a de lutar por seus direitos, o que culminou com a conhecida greve do café no ano de 1980.

Ainda nessa época, os trabalhadores e trabalhadoras rurais mantiveram-se organizados e discutindo suas condições de vida. Esse processo mobilizador resultou em outras ocupações na região: em 1987 a Fazenda Santa Marta (hoje Assentamento Amaralina), assentando 131 famílias, em 1988 a Fazenda São Domingos com 70 famílias e, em seguida, a Fazenda Santa Emília no ano de 1989 (sendo a primeira ocupação com despejo) (ARAÚJO, 2000).

As lutas camponesas se intensificaram durante a década de 1990, levando em consideração os resultados obtidos pelas ocupações anteriores. Nesse contexto, ocorre em 1990 a ocupação da Fazenda União, pertencente ao Instituto Brasileiro do Café, localizada no município de Vitória da Conquista, com 28 famílias organizadas por lideranças dos movimentos sociais e assentados da Fazenda Amaralina. Em seguida, em 1991, outra ocupação acontece. Agora os sem terras direcionam-se para o Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista, assentando 51 famílias, sendo denominado de Projeto de Assentamento Etelvino Campos-Paixão. Todo esse processo de lutas e ocupações de terras na Regional Sudoeste da Bahia desencadeou o deslocamento de lideranças do MST, especificamente da regional Extremo-Sul da Bahia, para contribuir na estruturação e organização dos Sem Terra em Vitória da Conquista.

Assim, com base nas reflexões de Honorato (2015), fica concretizada a origem do MST na Regional Sudoeste, com a chegada dos representantes estaduais do MST juntamente com as lideranças locais que tornou possível a reocupação da Fazenda Santa Emília, em abril de 1994, a qual sofreu novo despejo pelo fato de a estrutura fundiária da referida fazenda não atender os requisitos estabelecidos pela lei que autoriza a desapropriação de terras para a Reforma Agrária.

Os processos de lutas ocorridos na região impulsionaram os trabalhadores e trabalhadoras no sentido de ocuparem novas áreas em outros municípios de maneira mais organizada e consciente.

Nesse sentido, a consolidação do MST em Vitória da Conquista resultou na ocupação da Fazenda Mocambo, em agosto de 1994, tornando o marco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Regional Sudoeste da Bahia.

Todo esse processo de luta se expressa mediante desafios, com a necessidade de educar para a cooperação e de capacitar pessoas que pensem a vida em sociedade a partir das necessidades coletivas formando atores sociais que sejam capazes de realizar transformações sociais mais amplas na sociedade. Assim, o MST acredita que pode contrapor-se à escola dirigida e controlada pelo Estado burguês, que é pública e teoricamente busca atingir a todos, sendo que o conteúdo nela trabalhado é privado, na medida em que orienta a visão de mundo dos futuros trabalhadores de acordo com as ideias, os valores, as formas de comportamento e os critérios de análise da realidade que obedecem à ordem dominante.

Para enfrentar essa realidade, apesar de todas as limitações que o modelo de sociedade impõe, o MST buscou formar o Setor Nacional de Educação, articulando e dando suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento de processos educativos nos assentamentos e acampamentos do movimento, visando à construção de uma pedagogia emancipatória que entende a educação como um elemento fundamental no processo de transformação da sociedade, cujo objetivo é contribuir para a construção de um homem novo, da mulher nova, libertos de todas as formas de opressão e de exploração (CALDART,1997).

No próximo capítulo, apresentaremos com mais detalhes a Pedagogia do Movimento Sem Terra.

3 A PEDAGOGIA DO MST

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre a pedagogia do MST. Para tanto, faz-se necessário contextualizar essa pedagogia no tocante às lutas dos camponeses pela escolarização.

O processo de luta pela Educação do Campo está articulado a um projeto que faz oposição à Educação Rural, projetada e determinada pelas classes dominantes e implementada pelo Estado brasileiro, como auxiliar da implementação de um projeto de sociedade e agricultura subordinado aos interesses capitalistas, submetendo a educação escolar ao objetivo de preparar mão de obra minimamente qualificada e barata. Sendo assim, a luta pela educação do campo tem sua origem na luta pela terra. Este fenômeno aconteceu ainda por conta da necessidade dos filhos e filhas dos trabalhadores estudarem. Outro fator está ligado à dívida histórica para com a população do campo, uma vez que o índice de analfabetismo era alarmante.

É a partir da necessidade de se garantir uma educação que contribua com um processo de formação político ideológica dos trabalhadores do campo, que começa uma mobilização coletiva de alguns movimentos sociais, dentre eles o MST, a fim de assegurar que a educação desenvolvida em suas escolas atendesse não só a especificidade do espaço rural, mas que acima de tudo tivesse qualidade de ensino e compromisso político com esses sujeitos. Segundo Araújo:

O modo de produção capitalista, ao longo do seu desenvolvimento, vai deixando dívidas não resolvidas para com as populações presentes e futuras, sendo essas dívidas frutos das contradições do próprio sistema capitalista. Mediadas pela práxis da organização coletiva, essas demandas vão provocando os seres humanos na busca de saídas e soluções para a problemática enfrentada. (ARAÚJO, 2007, p. 56)

É a partir da lacuna deixada pelos órgãos governamentais e da necessidade de assegurar que os trabalhadores e seus filhos (as) tivessem acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, que se vincula a luta pela Educação dos trabalhadores do campo à luta pela terra. Nesse contexto, percebe-se que as condições vivenciadas pelos trabalhadores do campo no Brasil aconteceram por meio de encontros, organizações e disputas que desencadearam a luta por uma educação que levasse em conta a

vida e o trabalho no campo e que possibilitassem transformar a realidade. Corroborando essa afirmação, Araújo defende a seguinte questão:

Desse modo, é possível afirmar que os trabalhadores brasileiros sempre tiveram uma presença ativa no processo de luta e enfrentamento com a classe oposta à sua, contrariando a concepção de que a história dos trabalhadores rurais é uma história de submissão. Os movimentos de lutas sociais do campo têm demonstrado de forma criativa e eficaz a mobilização de populações expropriadas dos processos produtivo e político, dentre eles pode-se citar o MST (ARAÚJO, 2007, p. 58-59).

As lutas sociais que foram travadas pelos movimentos sociais do campo demonstram que os camponeses tiveram papel fundamental nas disputas e enfrentamentos que resultaram na consolidação de conquistas para a classe trabalhadora. Nesse sentido, Caldart afirma que:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeito a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projeto de campo e entre lógica de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

As diversas formas de organização dos povos do campo vivenciadas ao longo da história vêm demonstrando a necessidade de romper a ofensiva permanente do capital e a sua forma desumana de exploração. Dessa forma, os trabalhadores do campo lutam no sentido de se afirmarem e conseqüentemente contribuir para a construção de um novo projeto de sociedade. É nesse bojo que a Educação do Campo se destaca como ferramenta imprescindível no processo de enfrentamento a classe dominante. Para Caldart:

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma (CALDART, 2012, p. 257).

E é precisamente nesse sentido que vem se desenvolvendo a educação no MST.

3.1 A EDUCAÇÃO DO MST: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

Com a intensificação dos problemas econômicos e sociais no Brasil, nos anos de 1980, fator que impulsiona os movimentos sociais do campo a se organizarem de forma mais coesa em sua forma de luta e resistência, esses vários movimentos têm formas diferenciadas na forma de organizar-se, porém ambos têm como princípios a solidariedade, a formação política e a coletividade rumo à construção de uma nova sociedade.

É possível constatar desde os anos 1970 os efeitos da crise instaurada no campo brasileiro. Essa situação tem se intensificado, o que pode ser constatado através dos conflitos ocorridos entre os movimentos sociais de luta no campo e o agronegócio. O agronegócio, na verdade, é o latifúndio apresentado dentro de uma nova roupagem, que busca estabelecer e garantir princípios e objetivos do sistema capitalista com suas políticas neoliberais, acrescentando agora a transgenia, além dos insumos industriais e do trabalho assalariado.

Com base nos documentos produzidos pelo MST, a educação entrou na agenda do referido movimento antes mesmo da sua fundação, no ano de 1984. Em 1981, as famílias sem-terra, acampadas na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, constataram a necessidade de lutar pela educação da infância.

No tocante à educação, o MST se preocupou primeiro com as crianças acampadas (“o que fazer com elas?”) e depois em garantir escolas nos primeiros assentamentos que estavam surgindo já como fruto da luta. Com a primeira escola de assentamento, em Ronda Alta no Rio grande do Sul, surgiram as primeiras preocupações com o tipo de ensino que deveria ser desenvolvido para atender essa realidade. As ações no campo da educação se deram de forma isolada nesse primeiro período, partindo de iniciativas e sensibilidade de algumas professoras (esposas de acampados), mães, e pessoas ligadas à igreja católica. Aos poucos, foram adquirindo corpo e em 1987 realizava-se o Primeiro encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no Estado do Espírito Santo, com a participação de representantes de sete Estados, os quais estavam envolvidos nesse processo, garantindo a criação do Setor Nacional do MST.

Nesse sentido, é possível afirmar que a relação do MST com a educação é, portanto, uma relação de origem, pois não é possível separar a história da educação do MST da história do movimento como um todo, tal como na sociedade em geral onde as dimensões econômicas, políticas e culturais (e dentre elas a educação) se entrelaçam e se determinam reciprocamente.

A urgência em garantir o cuidado pedagógico para as crianças acampadas demonstra uma certa percepção das primeiras famílias engajadas na luta, em ser a escola e o acesso ao conhecimento um direito de todos. Isso pode ter dado origem e impulso à luta pela educação no MST.

A luta por educação no MST tem uma relação direta com o percurso desse movimento como um todo, dado que se coloca a impossibilidade de entender o seu surgimento sem primeiramente compreender as características que formam a sociedade brasileira, a qual não pode omitir de fazer acontecer a reforma agrária mesmo sendo esta luta travada nos moldes de uma sociedade capitalista (BOLETIM DA EDUCAÇÃO Nº 12/MST, 2014, p. 95)

O MST, movido pelas circunstâncias históricas que o produziram, foi tomando decisões políticas que aos poucos compuseram sua forma de luta e de organização coletiva. Uma dessas decisões foi a de organizar e articular o trabalho de educação das novas gerações por dentro de sua organicidade e desde essa intencionalidade elaborar uma proposta pedagógica específica para as escolas dos assentamentos e acampamentos, bem como formar seus educadores. O encontro Nacional de Professores dos Assentamentos, realizado em julho de 1987, em São Mateus, no Espírito Santo, que formaliza a criação de um setor de educação do MST, coincide com o período de estruturação e consolidação do MST como organização nacional. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO Nº 12/MST, 2014, p. 95).

O MST traz como característica de sua origem, vinculada ao seu projeto de Reforma Agrária, o entendimento acerca da necessidade de lutar para que haja dentro das áreas de acampamentos e assentamentos escolas públicas de qualidade. Por isso, praticamente quase que ao mesmo tempo em que começou a lutar por terra, o Movimento, através da participação das famílias acampadas e posteriormente assentados, iniciou a luta para que os Sem Terra tivessem acesso à escola. O setor nacional de educação do Movimento foi criado tendo como objetivo a organização específica dessa luta.

Com base nos documentos produzidos pelo MST, no início da década de 1980, a visão da necessidade e do direito restringia-se apenas à educação fundamental, voltada ao atendimento de crianças e adolescentes. Com o passar do tempo, já então na década de 1990, foi surgindo a necessidade da educação de jovens e adultos, a preocupação com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária. No caso da Educação de Nível Médio, teve início a realização de cursos alternativos para a formação dos professores das escolas já conquistadas e, posteriormente, dos cursos de formação de técnicos para atuarem nas experiências de cooperação das áreas de assentamentos. As lutas específicas pelo ensino

médio foram iniciadas nas áreas de Reforma Agrária no final de 1990 e início de 2000. Segundo o Boletim da Educação, nº12/MST:

O balanço dessa luta feita pelo MST tem destacado especificamente: _ foi praticamente universalizado o acesso das crianças assentadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, acompanhando os dados da educação nacional, o que certamente não teria acontecido se as famílias tivessem aceitado a lógica do transporte escolar, pressão que continua até hoje na implantação de cada assentamento; [...] Mas escolas que abranjam toda a Educação Básica ainda são um desafio na maioria das áreas de Reforma agrária -através desta luta se forma a consciência do direito à educação e a nação de público entre as famílias o que, em uma sociedade de classes como a nossa, é fundamental para garantir políticas públicas de interesse dos trabalhadores; [...] – Aprendeu-se e ensinou-se neste processo que a escola tem que estar onde o povo está, e que os camponeses tem direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, Nº 12\MST, 2014, p. 96).

Para o MST, o avanço de suas conquistas depende sempre da pressão por políticas públicas que atendam a um conjunto da população trabalhadora do campo. Na luta para garantir as escolas de Ensino Fundamental Completo e as do Ensino Médio, o MST se articulou com outras comunidades do campo. Dessa forma, o MST chegou à Educação do Campo.

A constituição de coletivos é uma segunda característica que identifica o trabalho de educação desenvolvido pelo MST. Os coletivos de educação são formados desde o nível local, regional, estadual, até o nacional. Esses são compostos por educadores e outras pessoas da comunidade que demonstram habilidade para essa questão.

Os coletivos de Educação fortalecem o princípio organizativo do Movimento, em que as questões da educação, bem como outras questões da vida social assumidas pelo MST, precisam necessariamente serem discutidas e implementadas através do coletivo. Isso requer leitura de conjuntura e planejamento.

A terceira característica do trabalho de educação do MST é a prioridade dada à formação de educadores da Reforma Agrária. Essa questão se relaciona à capacitação de pessoas das próprias comunidades para atuar nas escolas públicas. Aos poucos foram sendo incorporadas pessoas de fora da comunidade e do Movimento, desde que tivessem disponibilidade para assumir o projeto de educação em construção.

O Movimento acredita que foi a fragilidade do trabalho desenvolvido inicialmente que exigiu maior reflexão e discussão acerca da concepção de escola e do próprio envolvimento do MST como organização na formação de educadores, sendo que na maioria das vezes essa

formação era disputada com os órgãos do Estado. Todo esse envolvimento culminou posteriormente na luta por escolarização e formação específica para atender os professores que trabalham no conjunto das escolas do campo, a exemplo do que é realizado atualmente nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse sentido, desde 1990 o MST desenvolve cursos de formação de educadores, iniciando pelo Nível Médio (antes Magistério, hoje Normal Médio) e, desde 1998, os de Nível Superior, como os cursos de Pedagogia da Terra e Letras da Terra.

Os frutos desse trabalho, dentre outros, foram o reconhecimento da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em 1995, com o prêmio Educação e Participação.

Com o impulso desse reconhecimento foi realizado o I ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) em julho de 1997, uma espécie de apresentação pública do trabalho que vinha sendo desenvolvida nas escolas dos assentamentos, na educação de jovens e adultos, na educação infantil e na formação de professores. Serviu ainda como uma afirmação do trabalho de educação para dentro do próprio Movimento. Planejado para reunir 400 educadores, acabou reunindo mais de 700, fruto do ambiente criado pela Marcha Nacional a Brasília por Reforma Agrária, realizada de fevereiro a abril de 1997. O ENERA incluiu uma boa representação de professores universitários, apoiadores do trabalho do MST nos Estados. Foi desse encontro que emergiu a proposta de criar um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (BOLETIM DA EDUCAÇÃO Nº 12/MST, 2014, p. 97).

O MST diante desse acontecimento veio protagonizar o processo de construção das Conferências Nacionais de Educação do Campo desde 1998 e do Seminário Nacional. Com a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), em abril de 1998, houve avanço significativo na realização dos cursos formais. Através do programa, envolvendo institutos federais e universidades, ampliaram-se as possibilidades no sentido de potencializar e socializar as experiências de formação por alternância. Em 2011, o Movimento já tinha 1.500 educadores formados, fruto destas turmas específicas, 50 turmas em diversas áreas do conhecimento e mais de 2 mil educandos no Ensino Médio, Técnico e Superior.

Outra característica do trabalho de educação no MST diz respeito à atuação direta com as crianças e os jovens dos acampamentos e assentamentos para que esses se engajem na forma de organicidade e identidade desse Movimento. Nesse sentido, são realizados os encontros Sem Terrinha, nome criado pelos próprios participantes, para identificar-se como crianças e como Sem Terra.

Além do trabalho com as crianças, é presente também a formação de adolescentes e jovens, com atividades específicas para essa faixa etária.

É importante registrar ainda que há concursos nacionais de redação e desenho para os estudantes das escolas do MST com o objetivo de potencializar a expressão artística, realizados geralmente pelas escolas.

A quinta característica fundamental do trabalho de educação do MST consiste na construção coletiva do seu projeto político-pedagógico, também sistematizado em matérias de produção de forma coletiva, para ser utilizado nas atividades do movimento, especificamente na formação dos educadores.

Na sua trajetória, o MST vem construindo uma concepção de educação, um método de fazer formação das pessoas, uma concepção de escola, dialogando com teorias sociais e pedagógicas produzidas por diferentes experiências de educação dos trabalhadores em diferentes lugares e tempos históricos. Em 1987, nos primeiros encontros nacionais, duas questões pontuais foram transformadas em eixos para reflexão coletiva, com base nos questionamentos dos coletivos de cada Estado: o que queremos com as escolas de acampamentos e assentamentos e como fazer essa escola. Tendo como base essas reflexões que incluem finalidade educativa e método pedagógico, surgiu a elaboração dos Princípios da Educação no MST, para um conceito já elaborado de escola, que inclui a educação universitária e elabora a pedagógica do Movimento.

Vale a pena destacar, nesse contexto do Movimento em produzir teoria acumulando experiências práticas, a criação do Instituto de Educação Josué de Castro, fundado no Rio Grande do Sul no ano de 1995, que se constitui como espaço de experimentação pedagógica a partir de cursos vinculados aos diversos setores do MST. O instituto vem conseguindo construir novas referências para uma lógica de organização escolar e do trabalho pedagógico com base em objetivos formativos diferentes dos que estão postos para a escola do modo de produção capitalista.

Outro aspecto que expressa o modo de pensar a educação do MST consiste em sua vasta produção de materiais produzidos no sentido de subsidiar o trabalho educativo e a organização de forma coletiva. Essas produções valorizam a prática dos sujeitos envolvidos nesse processo, dialogando com teorias produzidas dentro da mesma perspectiva de ser humano e de visão de classe. Fica evidente para o Movimento que o trabalho de educação realizado ao longo de sua trajetória tem contribuído no sentido de fortalecer o estudo, enquanto apropriação e produção do conhecimento, e sua relação necessária, ainda que não exclusiva, com o direito à ampliação da escolarização.

Ao longo de sua existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem realizando inúmeros esforços no sentido de construir uma proposta de educação que

contemple as necessidades da classe trabalhadora e que possa contribuir para o rompimento da lógica da educação capitalista. Nesse sentido, afirma Caldart, (2004):

Vivemos em um tempo de novas possibilidades para questões que se referem aos processos de formação humana e a relação entre a pedagogia e o cultivo de valores, entre educação e humanização. Exatamente porque estamos em um momento da história em que o ser humano aparece em perigo; então, estamos sendo convocados a fazer algumas escolhas decisivas sobre como será o futuro da humanidade, de todos nós (CALDART, 2004, p. 17).

Ainda com base nas reflexões de Caldart (2004), podemos afirmar que o modo de produção capitalista se mostra cada vez mais desumanizador e cruel em sua lógica. O MST, enquanto movimento de luta social e organização política dos trabalhadores sem-terra, procura ser o grande educador e formador de quem dele participa, sendo assim o responsável principal no processo de despertar para a luta.

A educação nesse contexto é vista como instrumento de luta e de libertação contra a opressão a que a maior parte da sociedade se encontra submetida pelos mandos e desmandos da classe detentora dos meios de produção – a classe dominante – constituída pela burguesia capitalista que busca a manutenção da ignorância e da alienação como meio de manutenção de seus interesses.

Partindo das reflexões de Haddad e Di Pierro (1994, p. 9), que formalizaram uns estudos mais elaborados a respeito das práticas educativas dos trabalhadores rurais Sem Terra, desde o seu processo inicial no interior do Rio Grande do Sul, percebe-se que o elemento inovador que emerge das práticas do MST direcionadas à escolarização refere-se ao sentido de apropriação da escola pública por um movimento social organizado com objetivo de desenvolver uma educação intimamente conectada ao seu projeto de sociedade.

Caldart (2004, p. 26) traz confirmação a respeito do que já havia sido identificado por Haddad e Di Pierro (1994). Relata que a Reforma Agrária é a junção de duas conquistas: a de ter acesso à terra e à escola, ao conhecimento e à educação, como meio de garantir ao trabalhador do campo uma vida digna, fato que o movimento julga essencial.

Para o MST, a educação é vista, sobretudo, como uma importante possibilidade de transformação social, desencadeada por uma revolução cultural que aconteceria também mediante suas escolas de formação. Nesse sentido, o MST adota as posições assumidas por Marx (1975), em que ele discorre acerca da problemática do ensino tecnológico, ao proclamar que não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores.

O MST considera de extrema importância que os filhos e filhas dos agricultores permaneçam no campo dando continuidade à luta pela Reforma Agrária e por uma sociedade socialista, pois acredita que somente dessa forma se construirá o novo homem e a nova mulher tão almejados por esse movimento. Vale ressaltar que a educação é considerada fundamental nessa construção.

Ainda nesse contexto, para o MST, a conquista da Reforma Agrária faz parte da luta dos sem-terra para se emanciparem na condição de sujeitos conscientes do seu papel de interventor na realidade. Dessa forma, a luta do MST traça três objetivos: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social.

Ao definir a sua proposta de educação, o MST busca aliar a educação para o trabalho e para a organização do próprio movimento, o que poderá possibilitar uma formação para suas lutas, cujos princípios norteadores podem ser assim sintetizados através do trabalho, da organização e participação coletivos, estreitando, dessa forma, o vínculo entre trabalho produtivo e estudo, o que deve ser constante na educação do MST, assim como o é a imprescindível relação entre teoria e prática.

Tendo como base esses princípios, o MST reivindica do Estado que a escola pública do campo seja pensada e organizada para atender as especificidades do campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo com a dicotomia social do trabalho braçal para uma classe e trabalho intelectual para outra classe. Dessa forma, o MST entende que ao partir da prática produtiva para a prática educacional estará estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática.

3.2 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E ESCOLA NO MST

Como a educação e a formação estão sempre em relação com a sociedade e/ou o projeto de sociedade em que se inserem, para o MST, educar é fundamentalmente formar para transformar a sociedade. Segundo Dalmagro (2010):

Não é possível entender a escola no MST sem entender o próprio MST, ou seja, a natureza, os objetivos, a história desse movimento social. O MST não se faz etéreo no tempo e no espaço, ele próprio é determinado/possibilitado pela materialidade de nossa época. A escola igualmente é uma construção histórica. Por isso também não é possível compreendê-la no MST sem ter como parâmetro a própria instituição escolar (DALMAGRO, 2010, p. 45).

A educação é, portanto, em primeiro lugar, uma relação social, não sendo possível esgotá-la na ideia de escolarização. Nesse sentido, o MST, na sua trajetória de luta e de organização dos trabalhadores do campo, foi construindo uma concepção de educação. Nesse processo foi recuperando matrizes pedagógicas já desvalorizadas pelo sistema capitalista.

Para o MST, a principal matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano e na formação de sujeitos capazes de contribuir no processo da luta permanente pela transformação social é o processo de formação humana vivenciada pela coletividade Sem Terra em luta. Para o MST:

Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos, esta é uma das lutas do MST (BOLETIM DA EDUCAÇÃO n 09, 2004, p. 26).

As escolas de acampamentos e assentamentos do MST buscam no seu fazer pedagógico trabalhar por uma identidade própria, através de um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, visando a cooperação, o respeito à vida, a valorização da cultura camponesa e a justiça social.

O projeto de educação do MST refere-se à relação entre a luta pelo acesso à escolarização e a busca por uma construção de uma Pedagogia que se adeque a essa realidade específica e a um projeto social e histórico mais amplo. Como afirma Caldart (2004):

Não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a sua preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que a educação, e que a escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (CALDART, 2004, p. 221-222).

Portanto, a escola é mais um dos lugares onde acontece o processo de formação dos sujeitos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente na luta, no trabalho, nos movimentos sociais, na vivência cotidiana e na família.

Nesse contexto, a escola do MST é uma escola do campo, vinculada a um movimento de luta social pela reforma agrária. É uma escola pública, com a participação da comunidade na sua gestão e norteadada pela Pedagogia do Movimento que tem como matrizes pedagógicas o movimento de diversas Pedagogias.

Nas escolas do MST são desenvolvidas atividades pedagógicas que levam em conta o conjunto das dimensões da formação humana. Buscam humanizar quem delas faz parte, pois têm o ser humano como sujeito de direitos, como um ser em construção.

A história do MST é a história de uma grande obra educativa, a concepção de educação como formação humana é a sua prática desde o seu surgimento. Desta forma, a escola é o espaço onde os seres humanos se formam integralmente, o que a caracteriza como espaço não apenas de aprendizagem teórica, mas também como lugar de trabalho e estudo. Nesse contexto, Dalmagro destaca que:

A escola deve se somar no objetivo de construir sujeitos da história, portanto deve formar a consciência e a capacidade de ação, a partir dos interesses da classe trabalhadora. A organização coletiva também possui na proposta analisada um valor educativo fundamental, pois é ela que permite superar a atual forma de sociedade e é capaz de gerar a consciência de classe. Deve educar para a criação do novo em sua complexidade. É isso que ensaia a proposta do MST ao propor o trabalho como base do processo educativo; a organização coletiva dos (inclusive estudantil) como um pilar fundamental da escola; e, ainda, a formação integral e complexa do ser humano, não apenas cognitiva (DALMAGRO, 2010, p.46).

“O Movimento é a nossa escola”, dizem os Sem Terra. E é de fato, diante de uma ocupação de terra, da vivência num acampamento, da participação nas marchas, na conquista de uma escola pelo Movimento, que nos perguntamos: como cada uma dessas ações educam as pessoas?

A tarefa do MST é, pois, formar seres humanos que tenham consciência dos seus direitos, de sua dignidade. Sendo assim, os educandos não podem ser tratados como mercadorias a serem vendidos no mercado de trabalho.

Os educandos do MST são crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua temporalidade própria, são do campo e possuem saberes próprios, são do MST com herança de uma identidade Sem Terra em formação. Eles precisam não apenas serem sabedores de conteúdos ou meros dominadores de habilidades e competências técnicas. Faz-se necessário também que eles aprendam a dialogar, a confrontar, e saber articular o pensamento próprio e tudo isso vinculado ao projeto histórico do MST.

3.3 A LUTA SOCIAL COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SER HUMANO

De acordo com Caldart (2002), a pedagogia da luta social nasce do fato de que o que educa os Sem Terra é o próprio Movimento através das lutas, enfrentamentos, derrotas e conquistas.

O ser humano se forma dentro do contexto da luta social porque esse exige sua condição de sujeito. A Pedagogia da luta educa, portanto, para uma postura diante da sua vida, o que é crucial para a identidade de um projeto coletivo que almeja a transformação da sociedade. Segundo Caldart (2002):

A formação dos sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social desses trabalhadores e trabalhadoras da terra, exatamente porque isso exige a elaboração de novas sínteses culturais (CALDART, 2002, p. 162-163).

O MST na tentativa de alicerçar os seus fundamentos vem incorporando “pedagogias” e ensinamentos de vários pensadores e educadores, tais como: Anton Makarenko, José Martí, Josué de Castro, Karl Marx, entre outros. Porém, é do educador pernambucano Paulo Freire que vem a maior inspiração para a prática do Movimento. É relendo e recriando elementos da “Pedagogia do Oprimido”, “Pedagogia da Libertação e “Pedagogia da Autonomia”, que o MST vem ao longo de sua trajetória construindo a sua pedagogia própria.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra atualmente vai além de ser apenas uma proposta pedagógica, constitui a própria vida em movimento. É partindo dessa prática que vão sendo extraídas as lições para elaboração das propostas pedagógicas para as escolas dos acampamentos e assentamentos, dos cursos, e também para as reflexões acerca de como deve ser um projeto popular de educação para o Brasil.

Com base nas reflexões de Caldart (2004), foram elencadas algumas contribuições sobre a Pedagogia do MST e os desafios que nos remetem para o trabalho com a educação no MST:

- O MST foi construído pelos sem-terra em luta. O MST é uma coletividade de luta em movimento que produziu seu nome e identidade própria.
- Ser Sem Terra é assumir uma identidade historicamente construída que vai além de ser apenas um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou que luta por ela.

- Isso se torna ainda mais forte e evidente na construção histórica do nome crianças Sem Terra ou Sem Terrinha, que não distingue filhos e filhas das famílias acampadas ou assentadas, projetando um sujeito social. Essa identidade é fortalecida na medida em que se materializa em um modo de vida, que se constitui como cultura e que projeta no jeito de ser de cada uma das pessoas e da sociedade, cultivando os valores humanistas e socialistas que se contrapõem aos valores que sustentam a sociedade capitalista.
- O MST vai construindo através de seus princípios, valores e objetivos, as suas próprias práticas educativas. O MST é o grande educador dos Sem Terra. Ele educa os Sem Terra inserindo-os no movimento da história, é esse movimento que vem fazendo com que o trabalhador sem a terra se torne um lutador do povo.

Segundo Caldart (2004):

Olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem. Essa intencionalidade não está primeiro no campo da educação, mas sim no próprio caráter do MST, produzido em sua trajetória histórica de participação na luta de classe em nosso país (CALDART, 2004, p. 31).

Refletindo sobre a citação acima, destaca-se que o MST se preocupa muito com a educação das gerações futuras, para que continuem sua luta, seu projeto. Essa consciência só pode surgir quando se derem conta de que estão construindo uma organização duradoura e uma luta de vida inteira.

Para o Movimento, três grandes desafios se apresentam na sua tarefa educativa: a) contribuir com as famílias Sem Terra para que possam romper com o processo desumanizador ao que foram submetidos; b) contribuir para que assumam a identidade Sem Terra; c) trabalhar para que outras categorias sociais assumam os valores e o jeito de ser dos lutadores do povo.

O MST tem o desafio de olhar-se mais profundamente como sujeito educativo, buscando compreender a pedagogia que vem produzindo em sua história. E para isso precisará refletir sobre si mesmo de forma mais profunda, no conjunto de suas ações e das dimensões que compõem sua organização, desde a perspectiva da formação humana e da produção dos sujeitos sociais da luta de classe.

A luta, a coletividade, a terra, a produção, a cultura e a história são os processos

básicos da Pedagogia do Movimento. O que educa o Sem Terra é o próprio movimento da luta, composto pelos enfrentamentos, pelas derrotas e conquistas, que busca nesse contexto forjar novos sujeitos que assumam uma nova postura diante da vida e que tenham a identidade de um lutador do povo.

Para o MST, só é possível fazer novas conquistas através da luta, por isso está em luta permanente. A vivência cotidiana de novas relações sociais e interpessoais é a que será capaz de iniciar o processo de mudar a cabeça e o coração das pessoas. Para Caldart (2004), as pessoas não aprendem todas do mesmo jeito, por isso é preciso refletir sobre as nossas ações, esse também é um processo pedagógico.

Nesse sentido, o MST, ao longo de sua trajetória histórica, tem produzido um movimento pedagógico. A Pedagogia do Movimento consiste em ter o Movimento como princípio educativo que move os sujeitos em prol de uma luta social concreta até o fomento de novas demandas que passarão a ser incorporadas na trajetória de luta.

3.4 A PEDAGOGIA DO MST E SUA INTENCIONALIDADE¹

A Pedagogia do MST está estruturada a partir das seguintes matrizes pedagógicas: Pedagogia Socialista, Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Práxis Pedagógica do próprio MST.

Na Pedagogia Socialista, o MST se inspira na teoria marxista. O objetivo dessa teoria é a formação do homem “omnilateral”, ou seja, a sua formação integral em todas as dimensões da pessoa humana e não apenas a educação fragmentada como propõe a educação capitalista. Nesse sentido, Pistrak (2003, p.11-12) destaca:

É preciso superar a visão de que escola é lugar apenas de ensino, ou de estudos de conteúdos, por mais revolucionários que eles sejam. É preciso passar do ensino à educação, dos programas aos planos de vida. Ou seja em sua proposta pedagógica a escola somente atinge os objetivos de educação do povo, se consegue interligar os diversos aspectos da vida das pessoas. A medida que a escola passa a assumir a lógica da vida, e não de uma suposta preparação teórica a ela, é preciso romper com uma pedagogia da palavra, centrada no discurso e no repasse de conteúdos, e construir uma pedagogia da ação.

A Pedagogia Socialista tem como ideia central prover a educação em ligação fecunda com o mundo do trabalho produtivo, porém isso não pode ser confundido com a proposta de

¹As informações referentes a este tópico foram retiradas do Dossiê MST Escola. São Paulo-2005.

educação burguesa, que visa apenas capacitar mão-de-obra para atender às necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, afirma Mészáros (2005):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”, (isto é, pesos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

A Pedagogia do Oprimido vem do educador Paulo Freire, gestada pelo oprimido em seu processo de luta pela libertação. E é dessa Pedagogia que brota a educação do Movimento. A Pedagogia do Oprimido é uma proposta vinda do movimento popular e está sendo por ele produzida, conduzida e avaliada. Como diz Freire (1987):

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais, que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela (FREIRE, 1987, p. 48).

Portanto, os caminhos da libertação nesse contexto são os do próprio oprimido que ao buscar sua liberdade encontra condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua destinação histórica.

Com relação à Pedagogia do MST, é o próprio movimento quem a vem formulando. Nesse sentido, é possível afirmar que a Pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia-a-dia educa as pessoas que dele fazem parte. O principal princípio educativo dessa Pedagogia é o próprio Movimento. Para compreender as dimensões desta matriz pedagógica, precisamos olhar para esse Movimento e para essa Pedagogia. Como relata Caldart (2004):

[...] é através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser que o Movimento “intencionaliza” suas práticas educativas, ao mesmo tempo em que, aos poucos, também começa refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica além de produzir alimentos em terra antes aprisionados pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos,

ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em que já imaginava quase perdida (CALDART, 2004, p. 316).

Sendo assim, a educação no MST vai muito além da escola e se complementa com as diversas ações educativas desenvolvidas pelo Movimento no decorrer da sua trajetória. Nessa perspectiva, o MST foi construindo historicamente os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam e norteiam a sua proposta de educação. Os referidos princípios encontram-se sistematizados no Caderno de Educação nº 08 de julho de 1996 e fazem parte da coletânea dos textos que compõem o Dossiê MST-Escola-2005.

Esse material é de grande relevância para as escolas de acampamentos e assentamentos do MST, sendo considerado o documento de maior abrangência do Setor de Educação.

Princípios filosóficos

3.4.1 Educação para a transformação social

A transformação social é o horizonte que define e caracteriza a educação no MST. Busca, através de um processo pedagógico vinculado organicamente com os processos sociais, a construção de uma sociedade, na qual os pilares principais sejam a justiça social, os valores humanistas e socialistas e a democracia.

a) Educação de classe

Refere-se a uma educação comprometida em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária nos educandos/as e educadores/as. Busca a hegemonia do projeto político da classe trabalhadora, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes.

b) Educação massiva

Defende o direito de todos e todas à educação em todos os níveis, em todas as idades. “Nenhum assentamento que não saiba ler, escrever e fazer conta!”

c) Educação organicamente vinculada ao Movimento Social

O MST busca construir sua própria proposta de educação dentro dos seus acampamentos e assentamentos. Essa se constrói atrelada às lutas, aos objetivos e à

organicidade deste Movimento.

d) Educação aberta para o mundo

O fato de o MST ter uma proposta de educação não significa que esteja fechado apenas em sua realidade. Existe, pois a preocupação com a abertura de novos horizontes.

e) Educação para a ação

Refere-se à educação que objetiva preparar sujeitos capazes de intervenção e de transformação prática, buscando sair da “Consciência crítica” para a “Consciência organizativa”. Para tanto, os processos pedagógicos devem ser organizados de forma a privilegiar essa perspectiva. É preciso também considerar que a ação tem uma dimensão educativa que nenhum estudo teórico substitui.

f) Educação para o trabalho

Nesse princípio, o MST defende a relação que a educação precisa estabelecer com o contexto histórico, levando em consideração a luta pela Reforma Agrária e os desafios de estabelecer novas relações de produção no campo e na cidade, tendo como base a cooperação.

g) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana

Educação omnilateral, ou seja, preocupada em desenvolver todas as dimensões da pessoa humana, tais como: a formação político-ideológica, a formação organizativa, a formação técnico-profissional, a formação do caráter ou moral, a formação cultural e estética, a formação afetiva e a formação religiosa.

h) Educação com/para valores humanistas e socialistas.

Destacando-se a ruptura com os valores dominantes da sociedade capitalista, centrada no lucro e no individualismo. Nesse sentido, o MST almeja a construção do novo homem e da nova mulher através de alguns valores que necessariamente precisam existir em nossa prática educativa: o sentimento de indignação diante das injustiças, o companheirismo, a solidariedade, a busca da igualdade, o planejamento, a direção coletiva, a disciplina, o respeito do meio ambiente, o espírito de sacrifício, a construção do ser coletivo, a criatividade, o cultivo do amor pelas causas do povo e a capacidade permanente de sonhar.

i) Educação como um processo permanente de formação transformação humana

A profunda crença no ser humano e na sua capacidade de transformação é a condição básica para que ocorra a educação. As pessoas educam-se e são educadas num processo que só termina com a morte. Porém, elas não se educam da mesma maneira em todas as fases de sua vida, daí parte a discussão metodológica de como educar e de como esse elemento é essencial para atingir os objetivos políticos e pedagógicos.

Princípios pedagógicos

a) Relação entre prática e teoria

Busca-se nesse princípio romper com a ideia de que a escola é apenas lugar para aprender teorias. O MST propõe a prática social como base do processo formativo e afirma o domínio da prática sobre a teoria. O grande desafio desse princípio é o de como articular saberes diante de situações da realidade.

b) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação

No ensino, a principal característica é que a teoria acontece antes da ação, na capacitação ocorre o inverso, a ação antecede o conhecimento da teoria. Trata-se da capacitação em saberes práticos, ou em saber fazer (habilidades, capacidades) e em saber ser (comportamentos, atitudes, posicionamentos).

c) Realidade como base da produção do conhecimento

A produção do conhecimento é uma das dimensões do processo educativo, e precisa partir da realidade dos educandos. A realidade é o mundo, é tudo aquilo que existe e que merece ser conhecido, apreciado, transformado e que pode estar a milhares de quilômetros do assentamento. Um educador, que não conheça a realidade, seja próximo ou local, não tem condições para desenvolver um ensino que a tenha como base.

d) Conteúdos formativos socialmente úteis

O MST parte da convicção pedagógica de que os conteúdos são instrumentos para atingir suas metas, daí a importância de selecioná-los adequadamente e de entender que essa escolha não é neutra, pois ela tem a ver com os objetivos educacionais e sociais mais amplos.

e) Educação para o trabalho e pelo trabalho

Para o MST, vincular educação com o trabalho é uma das condições para realizar seus objetivos políticos e pedagógicos. É possível entender essa vinculação de duas formas:

a) Educação ligada ao mundo do trabalho significa afirmar que os processos pedagógicos, especialmente as escolas, não podem ficar alheios às exigências dos processos produtivos, sejam os da sociedade em geral, sejam os dos assentamentos em particular. Essa educação precisa dar conta de desenvolver o amor pelo trabalho, entender o valor do trabalho como produtor de riquezas e a diferença entre relações de exploração e relações igualitárias de construção social pelo trabalho, superar a discriminação entre o valor do trabalho manual e do trabalho intelectual tornar mais educativo o trabalho que nossos estudantes já exercem nos acampamentos ou assentamentos ou em outras instâncias da organização, vincular as escolas com a busca de soluções para as problemáticas nos acampamentos e assentamentos e desenvolver habilidades, comportamentos e posturas necessárias, aos postos de trabalho que estão sendo criados no processo da luta pela Reforma Agrária.

b) O trabalho como método pedagógico, significa dizer, a combinação entre estudo e trabalho como instrumento importante para desenvolver as dimensões da nossa proposta de educação: o trabalho como prática privilegiada capaz de provocar necessidades de aprendizagem, o trabalho como construtor de relações sociais e essas mesmas relações sociais como lugar de desenvolvimento de novas relações entre as pessoas, de cultivo de valores, de construção de novos comportamentos pessoais e coletivos em comum, de cultivo da mística e da participação nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e da formação da consciência de classe.

f) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos

Os processos políticos precisam estar atrelados aos processos pedagógicos desenvolvidos nas escolas e nos demais espaços de formação do MST. Isso vai além de apenas conversar sobre política. A educação é sempre uma política, à medida que contribui para a conservação ou transformação da sociedade.

No caso dos educandos e educandas do Movimento, quando a escola nega sua relação com a política está afirmando que reprova a sua participação no próprio Movimento, na luta pela Reforma Agrária e que a militância nada tem a ver com educação.

Sendo assim, vincular educação e política é dar conta de trabalhar as seguintes dimensões: alimentar a indignação ética diante das injustiças, desenvolver atividades e estudar conteúdos voltados à formação política e ideológica, estimular a participação nas lutas,

incentivar os estudantes a se organizarem para a luta dos seus direitos, desenvolver a crítica e autocrítica coletiva e pessoal e chegar a ser um militante.

g) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos

Significa vincular organicamente o processo educativo dos educandos e educandas com a economia, levando em consideração o seu funcionamento e os processos produtivos. Por muito tempo foi cultivada a ideia de que a educação nada tinha a ver com a economia, isso porque se pensava economia como sendo economia capitalista, com a qual a educação não poderia misturar-se. Mas, o MST, com base nas suas práticas pedagógicas, vem buscando compreender melhor a dimensão formativa deste processo.

h) Vínculo orgânico entre educação e cultura

Para o Movimento, cultura é tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades, produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de sonhar. É a cultura que permite a comunicação humana, ou seja, a educação. A escola precisa ser o espaço para essa produção e para essa vivência cultural.

i) Gestão democrática

A democracia como princípio pedagógico para o MST quer dizer garantir para os educandos e educandas não apenas a discussão sobre a mesma, mas principalmente sua vivência, através de um espaço de participação democrático, educando-se pela e para a democracia.

J) Auto-organização dos estudantes

Essa expressão vem do pedagogo russo Pistrak. Significa ter um tempo e um espaço autônomo para que os educandos e as educandas, se encontrem, discutam suas questões próprias e tomem decisões que garantam sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola.

Os aprendizados ligados a essa prática são: a capacidade de agir por iniciativa própria e respeitando as decisões coletivas, a busca de soluções para os problemas, o exercício da crítica e autocrítica, a capacidade de obedecer ao comando e de comandar, a atitude de humildade e autoconfiança, compromisso pessoal com os resultados de cada ação coletiva e a capacidade de trabalhar os conflitos que aparecem nos processos coletivos.

k) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras

Sem uma coletividade de educadores não há verdadeiro processo educativo. Falar em criação de coletivos pedagógicos inclui a formação de grupos de trabalhos com o objetivo de discutir, avaliar e planejar as atividades da escola.

l) Atitude e habilidade de pesquisa

A investigação qualifica a ação dos sujeitos na realidade, que implica uma atitude diante do mundo. A prática da pesquisa nas escolas do MST se relaciona com o princípio da teoria e da prática e precisa construir uma metodologia de educação adequando-se a diferentes idades.

m) Combinação entre processos pedagógicos, coletivos e individuais

Este princípio nos remete à reflexão metodológica para a importância do acompanhamento pedagógico personalizado, ou seja, ao mesmo tempo em que o/a educador/a atua no coletivo, precisa conhecer cada educando/a, analisando suas características peculiares, seus limites, as metas de capacitação que esse/a vai atingindo, pois só assim poderá ajudar no seu avanço. E isso tem a ver com avaliação.

Através deste princípio, chama-se a atenção sobre a importância da relação pedagógica que é estabelecida entre educadores/as e educandos/as, que é a base para que todos estes princípios sejam ou não concretizados.

Todas estas formulações realizadas ao longo dos anos no MST trouxeram importantes contribuições para a construção do movimento por uma educação do campo e para a política nacional para a educação do campo. A seguir, discorreremos sobre a relação entre o MST e a educação do campo.

3.5 O MST E O MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo tem como característica principal defendida pelos Movimentos sociais do campo o fato de ter sua origem ligada diretamente aos processos de lutas sociais pela terra. Portanto, caracteriza-se como projeto necessário para garantir à classe trabalhadora do campo uma educação que a represente e que atenda às suas peculiaridades.

Assim, a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo que demarca o seu território, que não pode ser o território pensado e imposto pelo poder econômico.

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de junho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012, p. 257-258)

Em julho de 1997, foi realizado pelo MST o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em cuja oportunidade algumas entidades cobraram do MST um debate mais amplo acerca da situação da educação no meio rural no Brasil.

Em meio aos desafios enfrentados, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 16 de abril de 1998, tendo sido instituído pelo Governo Federal, e que permanece em funcionamento até os dias atuais, apesar das grandes e frequentes tensões ocorridas.

A Educação do Campo é uma concepção político-pedagógica preocupada em estabelecer o elo de ligação entre os seres humanos e a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço das florestas, da agricultura, das minas, da pecuária, dos pescueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, (Diretrizes Operacionais Para a educação do Campo – CNE/MEC, 2002). Através dessa, objetiva-se romper com a ideia de que é preciso estender a educação para o campo e reafirma-se a necessidade de se construir uma educação no campo com a participação efetiva dos sujeitos dessa realidade, vinculando-a a sua raiz cultural, ao seu jeito de viver e de trabalhar diferente do meio urbano.

Com base nas reflexões extraídas do Boletim da Educação nº 12 de (2014), é possível destacar algumas conquistas resultantes do processo de articulação e lutas dos trabalhadores organizados, bem como os documentos que atualmente embasam de forma legal a Educação do Campo como política pública: as Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo/Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002; Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008, Parecer CNE/CEB nº 23/2007, reavaliado pelo parecer CNE/CEB nº 03/2008; o Decreto nº 7352 da Presidência da República, novembro/2010, que institui a

Política Nacional de Educação do Campo; a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); a Licenciatura em Educação do Campo (Procampo); o Saberes da Terra; o reconhecimento dos dias letivos do tempo escola e tempo comunidade das instituições que atuam com a pedagogia da alternância (Parecer 1/2006 do CEB/CNE); a criação dos observatórios de Educação do Campo, além da introdução da Educação do Campo nos grupos e linhas de pesquisa e extensão em muitas universidades e institutos no Brasil. Como afirma Caldart (2012):

[...] O Estado não pode negar o princípio (republicano) da universalização do direito à educação, mas, na prática não consegue operar a sua realização sem que se disputem, por exemplo, os fundos públicos canalizados para a reprodução do capital, o que, no caso do campo significa, hoje especialmente, fundos para o avanço do agronegócio, inclusive em suas práticas de Educação Corporativa (CALDART, 2012, p. 260).

Essas Diretrizes são resultantes das demandas e experiências dos movimentos sociais educacionais existentes no campo, elas promovem a ruptura do silêncio no que diz respeito às políticas públicas de educação para as escolas do campo, permitem resgatar a educação como direito subjetivo e chamam a atenção para o fato de que não é suficiente apenas ter escolas, é urgente ter escolas com políticas públicas para garantir a permanência do ser humano no campo.

Em seus artigos 4º e 5º, sustentam-se os argumentos no artigo 26º da LDB, que trata da proposta pedagógica e da organização curricular, que propõe o respeito à diversidade do campo em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, de geração, de etnia e de gênero. Assim, a escola é vista como espaço público de investigação e de articulação dos estudos e das experiências direcionadas para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A gestão escolar das escolas do campo busca assegurar a inserção e a efetiva participação da família, da comunidade, dos professores e dos movimentos sociais no planejamento e na elaboração do seu projeto político pedagógico. (ARTIGOS 10º e 11º LDB). Também garante a realização de formação específica para os educadores e educadoras dentro da realidade que esses necessitam para desenvolver um trabalho de qualidade junto aos seus respectivos educandos e educandas. Segundo Caldart (2012):

Ainda que a Educação do Campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da Questão Agrária, de projetos de

agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade... E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade (CALDART, 2012, p. 261).

Nesse bojo, encontram-se estabelecidas na Resolução n° 02, de 28 de abril de 2008, as Diretrizes Complementares, as Normas e os Princípios para nortear o desenvolvimento de políticas públicas no tocante ao atendimento da Educação Básica do Campo, sendo o referido documento composto por 12 artigos.

Em seu artigo 1° e 2°, trata a respeito de caracterizar a Educação do Campo no interior da Educação Básica e a quem se destina: Educação de jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Através do artigo 2°, estabelece a convocação dos sistemas de ensino a adotarem medidas que assegurem o cumprimento do artigo 6° da Resolução CNE/CEB n° 1/2002.

Art. 6° O poder público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico. (RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1, 2002, p. 38- 39).

Estabelece ainda entre outros pontos a garantia de outro item de grande importância ao tratar das questões referentes às condições de infraestrutura para o funcionamento das escolas do campo, bem como da organização desses espaços, admite também a garantia dos cursos de formação inicial e continuada para os seus respectivos professores e demais profissionais do Magistério. Assim, a Resolução n° 02, de 28 de abril de 2008, passa a vigorar a partir da sua publicação, confirmando as Diretrizes Operacionais instituídas pela resolução CNE/CEB n° 1/2002 e revogando as demais disposições que por ventura se encontrem em desacordo.

Nessa direção, urge compreender as contradições que permeiam o campo brasileiro na atualidade, o que pressupõe assumir uma postura que venha a contribuir no sentido de que o campo possa ser visto como espaço gerador de vidas e não como um campo de negócios.

A educação do Campo encontra-se num acentuado processo de construção, sendo assim, precisa permitir educar-se através dos movimentos sociais dos diferentes sujeitos do campo, extraindo aprendizados políticos e organizativos para a sua própria ação ou prática educativa. Para além disso, requer-se buscar formação pedagógica, técnica e política capaz de subsidiar e contribuir para esse processo de desenvolvimento e avanço das comunidades do

campo, visando instrumentalizá-las para uma melhor relação com a natureza, ou seja, munir os trabalhadores com o conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Como salienta Caldart:

Entretanto, como defender a educação dos camponeses sem confrontar a lógica da agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física? Como pensar em políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente? E ainda, como admitir como sujeitos propositores de políticas públicas movimentos sociais criminalizados pelo mesmo Estado que deve instituir essas políticas? (CALDART, 2012, p. 261).

Ainda hoje, o Estado brasileiro, nas esferas (estadual, federal e municipal), na contramão do acúmulo construído pelos sujeitos do campo, volta a impor políticas que reeditam os princípios da Educação Rural (BOLETIM DE EDUCAÇÃO N° 12/2014), estabelecendo agora uma intensa relação com a política e os interesses do agronegócio. A implementação desse projeto resulta em graves consequências para o país, institui a miséria no meio rural ao mesmo tempo que exclui grande massa de trabalhadores, aumenta a concentração da terra e do capital, o fechamento das escolas do campo e o envenenamento das terras, da água e das florestas.

Para contrastar a esta realidade imposta, a Educação do Campo reafirma-se como projeto de educação vinculada intrinsecamente aos povos do campo, associada à Reforma Agrária, à soberania alimentar e hídrica, à agroecologia, ao trabalho cooperado, aos direitos civis, à saúde, ao lazer, à cultura, aos subsídios para a agricultura familiar desde o plantio até a comercialização.

Como se tentou demonstrar, a luta pela educação e a formulação de uma teoria pedagógica do MST passou por vários obstáculos e avanços, impulsionando, para além do MST, o movimento por uma educação do campo e a criação de uma modalidade educacional específica na organização nacional da educação: A educação do campo.

No capítulo seguinte faremos um esforço de registro e análise da implementação da proposta de educação e da pedagogia do MST na Regional Sudoeste da Bahia, no período compreendido entre (1994 -2013).

4 MEMÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MST NA REGIONAL SUDOESTE DA BAHIA

Neste capítulo serão apresentados relatos e discussões acerca das memórias dos educadores do MST da Regional Sudoeste da Bahia acerca da gênese e do desenvolvimento da implantação das ideias pedagógicas e do Setor de Educação na referida regional, bem como dos avanços, limites e retrocessos enfrentados nesse caminhar.

Partimos do entendimento de que “a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são, o que eles são coincide com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 11). Sendo assim, o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. Partindo deste entendimento, é possível afirmar que as condições objetivas da vida humana são determinantes para que as atividades práticas e subjetivas se concretizem, ou não, conforme Marx e Engels (2001). Nesse sentido é possível compreender que não é suficiente apenas munir-se de boas intenções, mais que para além disso, faz-se necessário que existam condições concretas que possibilitem o desenvolvimento da atividade humana.

É nesse sentido que situamos a nossa análise em relação às experiências desenvolvidas pelo Setor de Educação do MST (1994-2013) na região Sudoeste da Bahia, bem como os principais desafios enfrentados na tentativa de implementar sua organização e estruturação ao longo dessa caminhada histórica, no esforço de proporcionar aos trabalhadores (as) das áreas de acampamentos e assentamentos uma educação que atenda à realidade e às necessidades desses povos, fortalecendo assim a formação da consciência de classe e o avanço das lutas sociais .

Para essa finalidade, serão utilizados relatos provenientes das entrevistas realizadas com alguns educadores e militantes que fizeram parte da coordenação do referido Setor nesta Regional e ainda documentos produzidos pelo próprio MST, a exemplo do Dossiê MST Escola-2005, da Proposta Política e Pedagógica para as escolas de Assentamentos de reforma Agrária Regional Sudoeste-2013/2014 e o documento Desafio da Formação para Educadores da Reforma Agrária-2012- Regional Sudoeste.

4.1 O SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O MST se organiza nacionalmente por meio de setores. Essa estrutura possibilita uma distribuição das especificidades organizando o movimento. Os Setores compõem a

nomenclatura e organicidade do MST, são constituídos a partir das necessidades que o processo da luta vai apresentando. O coletivo que compõe um determinado Setor dentro do Movimento, (Setor de Educação, Setor de Frente de Massa, Setor de Saúde, Setor de Produção, setor de Finanças...), cada qual com suas tarefas específicas, busca proporcionar a divisão de tarefas, a formação da militância e das instâncias, visando possibilitar maior envolvimento e participação de novos integrantes no interior dessa organização.

Assim, os Setores se constituem como membros de um corpo, o MST, e atuam desenvolvendo atividades que irão contribuir diretamente para a implementação das estratégias do Movimento (Pizetta,1999). Vale ressaltar que os referidos Setores têm sua funcionalidade articulada diretamente com as linhas políticas gerais do MST, objetivando a unidade, o avanço e fortalecimento do Movimento.

Partindo da necessidade de garantir a continuidade dos estudos das crianças, filhos e filhas dos acampados e assentados, o Setor de Educação começa a se estruturar no Rio Grande do Sul a partir de 1986, contando atualmente com Coordenação Nacional, Coordenação Estadual, Coordenação Regional em cada Estado em que o MST está organizado (Bezerra, 1998).

O Setor de Educação do MST no Estado da Bahia tem sua Direção composta por um educador e uma educadora representando a coordenação no Estado, dois educadores representando os Setores de Educação de cada Regional e um(a) coordenador(a) local representando cada grupo de quatro escolas nos acampamentos e assentamentos. Dois representantes do Setor Estadual participam do Coletivo Nacional de Educação, esse Setor tem a tarefa de articular a educação a nível nacional.

O Setor de Educação Regional é formado pelos estudantes das escolas de acampamentos e assentamentos do MST nas regionais, pelos professores que atuam nessas escolas, coordenadores pedagógicos, diretor, vice-diretor, secretários, pessoal de apoio (merendeiras, serventes, vigilantes) e alguns pais de estudantes. É representado pelo Coletivo de Educação composto por dois dirigentes regionais (um homem e uma mulher, levando em conta a questão de gênero defendida pelo MST), que representam esse Setor no Estado, pelos coordenadores pedagógicos, diretores e vice-diretores das escolas. Essa forma de organização pode sofrer alterações a depender da realidade específica de cada região. Como explica Pizetta (2009, p. 181);

As atribuições do Setor de Educação do MST são dinâmicas e diversas, de cunho administrativo, político-pedagógico e organizativo. As tarefas

administrativas relacionam-se ao funcionamento legal das escolas, no âmbito político-pedagógico, as atividades relacionam-se à formação dos professores e ao acompanhamento das atividades das escolas, bem como os encontros para avaliação, estudos e planejamento. A preocupação fundamental neste âmbito é garantir que a proposta de Educação do MST seja implementada em todos os acampamentos e assentamentos.

Vale enfatizar que todo esse processo é atravessado por inúmeros desafios e inquietações e também é permeado por luta e crença nos objetivos que somente se “concretizam” mediante o compromisso e o trabalho coletivo aí realizado. Nesse sentido, Caldart, ANO, p. (apud PIZZETA, 1997, p. 46) afirma:

O MST tem presente que, assim como o conjunto do programa de Reforma Agrária que defende, esta proposta de educação é ainda em grande parte um sonho, diante da situação atual de nosso país nesse campo. O desafio é seguir nesta luta permanente, até que o sonho vire realidade: até que a Reforma Agrária se faça, até que o Estado se democratize e se comprometa com as causas do povo, e até que as transformações sociais produzam justiça, igualdade, dignidade humana.

No sentido de trazer contribuições que possibilitem o avanço da discussão e implementação da Proposta de Educação defendida pelo MST, o Setor de Educação seja no âmbito nacional, seja nos Estadual ou Regional, segue na luta no sentido de enfrentar e romper com as cercas do latifúndio que se fazem presentes também na educação da classe trabalhadora do campo.

4.2 PRIMEIROS PASSOS DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST DA REGIONAL SUDOESTE DA BAHIA

Retomamos os escritos do primeiro capítulo no que se refere a chegada do MST na Região Sudoeste, especificamente no município de Vitória da Conquista, bem como todo o processo de luta e resistência até a sua consolidação. Esse resultou na ocupação da Fazenda Mocambo, em agosto de 1994, considerado o marco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nessa região. Destaca-se também nesse contexto a luta por escolas e por uma educação que atendesse aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

O Setor de Educação da Regional Sudoeste da Bahia foi constituído em 1994 e é diretamente relacionado à consolidação do MST neste território, através do desenvolvimento do seu trabalho socioeducativo junto às famílias e aos professores que desempenhavam suas funções nas escolas localizadas em áreas de Reforma Agrária.

Destacam-se como principais colaboradores desse processo inicial de constituição do referido Setor de Educação, os dirigentes do MST e alguns educadores como Niltânia dos Santos, Janaíldes Fontes, Júlio Delfino Honorato, Arlete Ramos e Nairan Prado. Esses se articularam partindo da compreensão de que emergia a necessidade de lutar e construir uma educação que atendesse à realidade dos educandos e educandas que residiam nas áreas de Reforma Agrária.

Todo esse processo de luta apresenta-se em meio a inúmeros desafios, como a necessidade de educar para a cooperação e de capacitar pessoas que pensem a vida em sociedade a partir das necessidades coletivas, formando assim, atores sociais que sejam capazes de realizar transformações sociais mais amplas na sociedade, partindo de uma educação relacionada com os temas conjunturais que partam da realidade (SALGADO, 2006).

Nesse sentido, para o MST é possível contrapor-se à escola controlada pelo Estado burguês, que é pública e, em tese, busca atingir a todos. Porém, o conteúdo nela trabalhado é privado, na medida em que orienta a visão de mundo dos futuros trabalhadores de acordo com a ideologia da classe dominante.

Contrapondo-se a esta realidade, apesar de todos os limites que o modelo de sociedade capitalista impõe, o MST buscou formar o Setor de Educação em todos os assentamentos e acampamentos para, a partir de uma pedagogia emancipatória, construir as bases de uma sociedade igualitária, entendendo a educação como um elemento fundamental no processo de transformação da social. (CALDART, 1997, p. 34)

Sobre a organização inicial do Setor de Educação na Regional Sudoeste da Bahia, a entrevistada B afirma:

Coincidentemente, os primeiros assentamentos, Amaralina, União, Etelvino Campos-Paixão e Mocambo, tinham alguns professores ligados a movimentos sociais e as Comunidades Eclesiais de Bases, às quais estavam ideologicamente relacionadas com os objetivos educacionais do MST, o que facilitou o debate entre o MST e os citados educadores para criar o Setor de Educação na Regional, o qual foi formado por esses educadores, pertencentes ao quadro de servidores públicos do município de Vitória da Conquista (ENTREVISTADA B, 2015).

As primeiras reuniões desse período eram realizadas na sede do Sindicato dos Servidores Públicos de Vitória da Conquista (SINSERV). Na oportunidade, os educadores realizavam estudos sobre a Pedagogia do MST, planejavam e avaliavam suas ações.

Ainda não tínhamos um Setor de Educação estruturado, eram muitas as dificuldades. O primeiro passo seria a constituição do Setor de Educação

para ser reconhecido, ter legitimidade por parte da Secretaria de Educação e da Prefeitura, formar um corpo docente que compreendesse e aceitasse ideologicamente os princípios da educação do MST, também enfrentávamos dificuldades para fazer a formação com os educadores, pois inicialmente estes formadores precisavam se deslocar de Itamaraju. (ENTREVISTADA A, 2015).

Nesse período, nos planejamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), já existia a reivindicação por parte dos educadores das áreas de assentamento e acampamento do MST para que os planejamentos fossem feitos separadamente, levando em consideração a especificidade dessa realidade.

As escolas municipais dos assentamentos inicialmente faziam parte das chamadas Escolas Isoladas, tendo coordenação e direção específica. As demais escolas da zona rural eram agrupadas em Círculos Integrados, as quais eram também contempladas com corpo pedagógico e administrativo. Ambas realizavam seus planejamentos e demais atividades juntas.

[...] Sempre que havia as reuniões das escolas isoladas, buscávamos dar um jeitinho *pra* (sic) garantir que ficaríamos todos no mesmo grupo para fazer as atividades juntos: eu, Niltânia, Nide, Arlete e Nairã. Essa atitude nossa levou a SMED a perceber que realmente tínhamos uma proposta diferenciada das demais escolas. (ENTREVISTADO D, 2015).

Com base nos relatos de Fontes (2006, p. 44 e 45), o marco inicial do Setor de Educação em Vitória da Conquista foi a realização do I Encontro dos Sem Terrinha em 12 de outubro de 1995, no Assentamento Amaralina, com a presença das seguintes Escolas Municipais: Baixa da Fartura, Canaã, Santa Marta, Goiabeira, São João II, União, José Gomes Novais, Maria Zilda, com aproximadamente 400 educandos(as).

Nesse período, começaram a ocorrer reuniões periódicas dos professores dos assentamentos de Vitória da Conquista com educadores do MST de outras regiões do país, onde o Movimento já estava consolidado, para discutir formas de organizar e estruturar o Setor na Região Sudoeste.

Além disso, havia também encontros de formação político-ideológica com os objetivos de capacitar quadros com o conhecimento necessário para educar no sentido de construir uma contra-hegemonia à hegemonia dominante (GRAMSCI, 1973, p. 118). O conceito gramsciano de hegemonia, segundo Giroux (1983), tem dois significados:

O primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe

dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual sobre outras frações aliadas da classe dominante. A fração dirigente detém o poder e a capacidade para articular os interesses de outras frações. O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (GIROUX, 1983, p. 418).

A escola do MST, tendo como base sua proposta pedagógica almeja construir a contra-hegemonia, uma escola unitária e politécnica (MACHADO, 1991), onde é ensinada aos trabalhadores a base do conhecimento técnico-científico, através do qual espera-se possibilitar a democratização dos bens de produção e, ao mesmo tempo, a distribuição de renda, pois os trabalhadores terão mecanismos para melhor compreender a realidade e agir nela de forma a transformá-la.

Os Círculos Integrados foram criados no meio rural do município e sempre tiveram como sede a maior escola entre as que os compõem, E com o Círculo Integrado das Escolas de Assentamento não foi diferente nessa época.

A direção regional do Movimento defendia que a sede do círculo fosse instalada na sede da organização /secretaria do MST, porém a SMED não concordava, e somente depois de algumas conversas entre a direção do MST e a SMED, foi instalada na sede da Cooperativa do Assentamento Mocambo, assim toda documentação referente ao corpo das escolas foram transferidos para este local (ENTREVISTADO D, 2015).

Nesse local aconteciam também as reuniões pedagógicas para estudos e planejamentos. A estada por lá durou pouco tempo devido à distância da cidade. Fez-se necessária a mudança da sede do Círculo para o Assentamento Amaralina, permanecendo por alguns meses. Ali também havia conflitos, embora com outras características, pois se tratava de conflitos entre compradores de lotes e o MST.

Quando o Assentamento Amaralina ainda não pertencia ao MST, trinta e dois assentados venderam seus lotes para empresários de Vitória da Conquista, os quais tinham interesses nas terras, por ficarem muito próximo à cidade. Quando o MST assumiu a organização do citado assentamento, tentou expulsar os compradores de lotes, visto que, legalmente, esses lotes não poderiam ser vendidos, pois pertenciam ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse conflito teve vários desfechos. Ora a justiça beneficiava os compradores de lote expulsando os sem-terra, ora beneficiava os trabalhadores

expulsando os compradores de lote.

Foi nesse contexto que a sede do Círculo se instalou no referido assentamento, na Escola Municipal Baixa da Fartura, permanecendo pouco tempo, pois o conflito aflorou de forma muito intensa e o perigo de confronto era grande.

Os professores foram ameaçados por pistoleiros dos compradores de lote, que ficavam, segundo os assentados, escondidos nos matagais. Dirigentes do MST foram capturados e torturados, bombas caseiras e de coquetel molotov foram encontradas na escola. Esse fato desencadeou o medo em todos: professores, alunos e pais.

Levando em conta todos esses acontecimentos, o coletivo definiu retirar a sede do círculo da Escola Municipal Baixa da Fartura. Contamos com a contribuição da SMED para transportar toda a documentação para a residência do coordenador do círculo naquele período, o companheiro Júlio Honorato. Essa foi uma alternativa até que fosse encontrado outro local mais adequado, o que em seguida foi a Escola Municipal José Gomes Novais, e em 1997 foi para a sede regional do MST (ENTREVISTADA A, 2015).

O processo de articulação dos dirigentes do MST com a política implementada pela SMED no meio rural, propiciou uma abertura para a criação do Círculo Integrado das Escolas de Assentamentos em 1996, o que promoveu a consolidação do Setor de Educação propriamente dito, em Vitória da Conquista.

Em 1997, o município de Vitória da Conquista muda sua administração pública e o Partido dos Trabalhadores assume a prefeitura. Nesse governo, a secretaria Municipal de educação (SMED) teve como gestora a professora Eleusa Figueira Câmara, e como seus principais colaboradores José Raimundo Fontes que assumiu o cargo de coordenador geral, e Vivalda de Andrade Borges como coordenadora de administração escolar e Elaine Ferraz dos Santos como coordenadora do REAJA (programa de educação de adolescentes jovens e adultos), esta última com uma larga experiência na administração na gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (SP) entre 1989 e 1993. Em sua experiência na secretaria de educação da cidade de São Paulo, Elaine Ferraz teve como colega de trabalho o educador Paulo Freire e o Professor Antônio Fernando Gouvêa.

No ano de 1997, a SMED começa a trabalhar com a rede temática na qual Antônio Gouvêa presta assessoria durante um bom período. Segundo os trabalhos realizados por esse professor, a Rede temática procura efetivar o diálogo entre os diferentes sujeitos participantes da constituição da prática educativa em função de torná-la também prática sociocultural, assim, resultando num processo de constante busca da compreensão histórica da realidade

concreta. Segundo afirma a entrevistada C:

Foi para nós que fazíamos parte do Setor de Educação do MST, uma ótima iniciativa, pois já trabalhávamos com temas geradores. Porém ainda não sabíamos construir a rede temática. A partir desse momento nos inserimos nas atividades promovidas pela SMED, apenas quando a discussão era sobre a rede temática, para assim ampliar nossos conhecimentos acerca do assunto.

A partir desse momento, o Setor de Educação começa a ser estruturado e adquire certa autonomia junto à prefeitura. Tal autonomia se constituía em reunir, quinzenalmente, todos os professores das escolas de assentamentos para fazerem planejamentos voltados para a realidade específica dos educandos além da liberdade de selecionar os professores que iriam atuar nessas escolas (uma vez que antes era a SMED quem os indicava).

Para adquirir essa autonomia, usou-se a justificativa legal de que os professores deveriam ter, no mínimo, abertura para trabalhar de acordo com a realidade dos assentados, conforme cláusula do acordo coletivo assinado entre a prefeitura e Sindicato em 11 de julho de 1997, que diz:

Cláusula quadragésima terceira - Será facultado aos grupos, movimentos e comunidades com caráter socioeconômico e étnico-cultural específicos a adoção de propostas pedagógicas curriculares, programáticas e metodológicas que visem atender suas especificidades, sobretudo no que se refere ao estímulo e esforço da sua identidade social, nos seguintes termos: §3º Nas áreas de assentamentos e/ou continuidade de propostas pedagógicas enfatizando a problemática da terra e da Reforma Agrária (REF, p.??).

Uma vez conquistada essa possibilidade de flexibilização curricular e de gestão, o setor de educação foi estruturado de forma a dar conta da parte administrativa e dos aspectos pedagógicos nas suas escolas, e na concepção dos responsáveis pelo setor, a questão administrativa e as pedagógicas deveriam andar juntas. Por isso, todo coordenador devia estar preparado para assumir as duas situações em seu trabalho de acompanhamento das escolas.

Assim, em 29/12/1999 foi criado outro círculo, ficando assim o Círculo Integrado Das Escolas de Assentamento-Sede e o Círculo Integrado Das Escolas de Assentamento-Chapadão. É importante salientar que esta divisão era somente para cumprir as funções burocráticas das escolas perante a SMED. Pois a estrutura orgânica do setor de educação do MST é totalmente diferente da Estrutura Orgânica do Município.

No que se refere à organização do Setor de Educação do MST na Regional Sudoeste da Bahia, destacamos que esse é composto pelos educadores que atuam nas escolas de

acampamento e assentamentos localizados nos municípios de Vitória da Conquista, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Iguai, Barra do Choça, Iuiu, Malhada, Carinhanha, Cordeiros, Itambé e Palmas do Monte Alto (Documento Produzido Pela Regional Sudoeste-2012).

Enfatizamos aqui o fato importantíssimo da conquista da autonomia pedagógica de algumas escolas que fazem parte desta Regional. Essa conquista se deu após vários enfrentamentos políticos entre as prefeituras, as secretarias de educação e o MST.

O MST, ao fazer a luta pela educação, especificamente por escolas públicas e de qualidade, simultaneamente está lutando pelo acesso, permanência e implementação de sua proposta educativa, construída ao longo da sua história, baseada em princípios e objetivos. Para o MST, a escola deve ser pública, gratuita e de qualidade e deve ser mantida pelo Estado. Em contrapartida necessariamente precisa ser gestada e orientado pelos interesses dos trabalhadores Sem Terra.

A construção de uma teoria e umas experiências educativas que se querem contribuintes nos processos de transformação social, no interior de uma sociedade dividida em classes, não está isenta de contradições. Desse modo, é preciso analisar os avanços, mas também os limites e as contradições dessa experiência na regional sudoeste do MST no que diz respeito à organização e formação de educadores, às concepções de educação e à própria estrutura organizativa do movimento em relação à educação escolar.

4.3 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS EDUCADORES

No processo de seleção e indicação dos(as) educadores(as) para as escolas de assentamentos, o MST conquistou uma certa “autonomia” entre os anos 1997 e 2013². A cada término do ano letivo eram feitas avaliações do quadro docente e administrativo que se dava primeiro na escola com a comunidade assentada, em seguida na coordenação do coletivo de educação da Regional e finalmente com a direção Regional do MST. De posse desse diagnóstico, chega-se a selecionar os educadores que continuaram compondo o quadro no ano seguinte. Quando há necessidade de renovação do quadro docente, a coordenação do setor faz uma seleção de educadores, tendo como parâmetro uma entrevista individual e uma produção textual.

²No ano de 2013 em diante essa conquista é retirada pois foram designados para trabalhar nos assentamentos as pessoas aprovadas em seleção ou concurso público realizado pelo município. Assim, muda praticamente toda a estrutura das escolas, pois quase que a totalidade do quadro de pessoal foi substituído.

Essa seleção tem o objetivo de informar aos futuros professores as diretrizes que norteiam a educação escolar do MST, deixar que eles decidam se querem ou não atuar nessas áreas. Por outro lado, as lideranças, durante a entrevista, observam e avaliam se o professor possui o perfil adequado para assumir o seu trabalho em áreas de assentamentos.

Embora a intenção do movimento seja a de ver os professores fixando residência nos assentamentos, isso ainda está longe da realidade, pois a maioria deles moram na sede do município e vão e voltam todos os dias.

Assim, diante da necessidade de implementar nas escolas a Proposta de Educação do MST, o Setor de Educação da Regional Sudoeste da Bahia tem como um dos seus principais desafios realizar a formação dos educadores. Esse fato foi reafirmado através da coleta dos dados resultantes das entrevistas realizadas com alguns sujeitos que vivenciaram e atuaram diretamente nesse processo. Como bem nos relata a entrevistada A:

A primeira questão era ter um corpo docente que aceitasse ideologicamente os princípios do MST, ou seja, fazer com que os educadores conhecessem o Movimento. Os Encontros Regionais de formação de educadores aconteciam nas escolas, não havia uma estrutura física definida. A coordenação sentava e planejava a formação com base na Direção Nacional do MST e aí se discutia a temática e às vezes convidava pessoas de fora (UESB, por exemplo) para ajudar na formação e o encontro durava de 2 a 3 dias.

É necessário aqui destacar que os professores designados para trabalhar nas escolas de acampamentos e assentamentos do MST nessa região, em sua grande maioria, desconheciam às questões relacionadas a esse Movimento, bem como acerca da sua Proposta específica de Educação a ser desenvolvida e implementada nas respectivas escolas. Muitos desses professores traziam consigo experiências de atuação em escolas ligadas à zona urbana e rural dos seus respectivos municípios. Vale destacar ainda que tanto na zona rural quanto na zona urbana o planejamento realizado pelas Secretarias de Educação dos municípios é pautado de forma a levar em consideração a realidade urbana, sendo essa proposta estendida para as escolas do campo. Segundo Martins (2008):

Diante disso, o campo vem se urbanizando cada vez mais e tomando espaço e se agravando em consequência de um sistema educacional que não valoriza o mundo rural e nem o seu trabalho [...]. Esse aspecto está presente nas salas de aula das escolas de assentamento de Sem Terra no município de Vitória da Conquista, principalmente pela cultura urbanizada dos professores que estão lecionando nas escolas do campo e do currículo traçado para estas escolas, pela Secretaria Municipal de Educação (MARTINS, 2008, p. 56).

Compreender os processos de educação e escolarização no MST requer inseri-lo nos contextos histórico, político e econômico em que se situam (ARAÚJO, 2007). As características que identificam o Movimento e o projeto de sociedade que propõe construir definem como o MST concebe o processo educativo e as funções da escola. Nesse sentido acrescenta a entrevistada B:

Os encontros de formação de professores, das pequenas reuniões aos grandes encontros, foram e são imprescindíveis para ir nos tornando educadores de fato e por conseguinte nos possibilitando a fazermos uma consciente opção/posição de quem somos dentro desse universo da luta de classe, o que com certeza implicará diretamente sobre o nosso fazer pedagógico diário nas escolas junto aos nossos educandos e educandas.

O estudo é um dos princípios organizativos do MST, esse princípio reforça a importância da busca pelo conhecimento. Estudar é sempre necessário, sendo assim, a formação continuada dos educadores e educadoras que atuam nas escolas do MST é uma questão de prioridade. De acordo com a entrevistada B:

Do ponto de vista do professor, ele tinha que ter uma consciência do que era o lado do proletariado e da burguesia, da classe trabalhadora e da classe detentora dos meios de produção. Por isso que existiam as formações pedagógicas, onde eram trabalhados textos que faziam com que essas pessoas fizessem leituras que pudessem trazer uma consciência do seu papel enquanto professor da classe trabalhadora. Então, dentro dessa perspectiva de classe, de fazer conhecer o que é classe dominante e classe dominada, compreender o seu papel de professor da classe dominada para fazer com que seus alunos conseguissem compreender seus direitos básicos, lutar por eles, buscar e conquistar uma vida digna. Conhecer seu papel na atual realidade, fazendo enfrentamentos para conseguir seus direitos.

Deve-se salientar que para os Trabalhadores Rurais Sem Terra a educação e a escola exercem uma função tática no enfrentamento contra a classe dominante, por compreender que é também através desse processo educativo que se constroem novas concepções de mundo capazes de contribuir tanto para a alienação quanto para a libertação dos sujeitos envolvidos.

Os espaços educativos construídos coletivamente nos Encontros Regionais de educadores têm contribuído no processo de discussão, socialização e formação desses educadores e educadoras. Nesse sentido, de acordo com um documento produzido pelo MST/Regional Sudoeste (2012), a proposta é que a formação não se dê apenas na realização desses encontros, mas que, além disso, sejam reservados aos educadores e educadoras, e a

todos que compõem o coletivo de educação do MST, momentos periódicos e sequenciais de formação, capacitação, reflexão, confraternização e socialização, como forma de crescimento para os envolvidos nesse processo de construção e valorização da Educação do Campo e das pessoas, bem como para a comunidade em que estão inseridos.

No que se refere à participação dos educadores e educadoras nos encontros de formação realizados pelo MST nessa Regional e a respeito do grau de escolaridade dos mesmos, acrescenta a entrevistada A:

A participação foi muito boa, do ponto de vista do conhecimento da Pedagogia do MST. Já a nível teórico, temos problemas até hoje. Se você perguntar para alguns educadores: quais os pressupostos teóricos que fundamentam a Pedagogia do MST? Talvez nem todos saibam responder com clareza. Isso era um problema grave. Para começar não tínhamos nível superior, eu fui uma das primeiras a ingressar, nos anos de 1998.

Os espaços para a formação dos educadores e educadoras são vários, compreendem desde as reuniões de planejamento realizadas nas escolas com o acompanhamento da coordenação específica daquela área, até as assembleias, as reuniões de pais, as místicas, os encontros de estudos realizados por cada brigada que compõem a Regional, os encontros de estudos nos núcleos escolares, as ocupações das prefeituras e secretarias de educação, o Encontro Regional dos educadores e Educadores da Regional o qual é realizado uma vez por ano. Além disso, estão as confraternizações, as marchas, as comemorações de datas específicas contidas no “Calendário Histórico dos trabalhadores”, os cursos de Magistério, Pedagogia da Terra, Letras da Terra e Pós-Graduação em Parceria com o PRONERA e as universidades, entre outros.

No que se refere aos recursos financeiros para subsidiar a realização dos encontros de formação dos educadores na Regional, constatamos nas falas dos entrevistados que raramente as prefeituras se comprometem em contribuir com algum investimento, seja com o transporte para deslocamento dos educadores, seja na preparação dos materiais necessários para o estudo, ou mesmo com a alimentação e disponibilidade de espaços. Quando dispunham de algum recurso isso ocorria mediante um exaustivo processo de reivindicação por parte da Direção Regional do Movimento e do Setor de Educação, como afirma a entrevistada D:

A estrutura para realizar os encontros de educadores *eram* (sic) muito precárias, em alguns momentos utilizávamos a antiga sede da fazenda (exemplo a sede do assentamento Mocambo), em outros momentos eram construídos barracões feitos de lona. Tínhamos a pratica de dormir todos no local do encontro, faltavam estruturas adequadas para o dormitório e o

banho. Cada um levava o kit Sem Terra (copo, prato, talher, colchão e cobertor). Geralmente os encontros Regionais eram realizados também nas escolas. Fazíamos porque gostávamos, com afinco, vontade de buscar o conhecimento e pelo comprometimento com a causa da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva compreende-se que a influência e a pressão da luta de classe se expressa também na educação, provocando alterações significativas no desenvolvimento das contradições presentes no campo (D'AGOSTINI, 2009, p. 130). Desde a forma pedagógica até as leis, o embate avança. Assim, por parte da burguesia agrária temos ações escamoteadoras, mascaradas, como por exemplo a falta de compromisso das prefeituras municipais com as escolas do MST, os poucos recursos destinados a essas escolas, a pressão em desconsiderar a proposta educacional do MST e o desrespeito à lei, ao desconsiderar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.

4.4 AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

Para avançar nesse estudo é necessário apropriarmos primeiramente das categorias de análise: “realidade”, “contradição” e “possibilidade”. Faremos isso tendo como base os pressupostos destacados por Cheptulin (2004), em que o autor afirma que se conhecemos a essência de uma formação material, conhecemos também seus estados reais, como seus estados possíveis, os que ainda não existem, mas que surgirão necessariamente em certas condições. Assim, a categoria contradição é aqui compreendida na perspectiva de análise capaz de possibilitar o desenvolvimento dos elementos internos em conflito, bem como as suas possibilidades de superação. Constituindo-se como uma lei do desenvolvimento do conhecimento dentro de uma visão materialista histórica dialética. Para D'Agostini (2009, p. 125):

Qualquer objeto em estudo exige, para o seu entendimento que se reconheça a formação material em que ocorre o seu aparecimento e o seu desenvolvimento, ou seja, que se reconheça a fonte do desenvolvimento, da força motora que permite o avanço de um estágio ao outro. Esta fonte de desenvolvimento, esta força motora é a própria contradição. Portanto, todo o conhecimento em seu desenvolvimento necessita ser desvelado em suas contradições, ou seja, em seus aspectos e tendências contrárias próprias de todas as coisas e fenômenos da realidade objetiva.

O desenvolvimento das contradições ocorre a partir das diferenças que constituem a forma geral do ser, que é caracterizado como sendo o estágio inicial de existência das

contradições. Porém, as diferenças não são as contradições em si mesmas, elas correspondem apenas a uma fase das contradições. Isso é porque as diferenças podem evoluir para formas de harmonia na realidade objetiva, (D'AGOSTINI, 2009).

Assim, com esse entendimento da categoria contradição passamos a estudar algumas contradições existentes na educação do MST na Regional Sudoeste da Bahia no sentido da implementação dessa proposta nas escolas de acampamentos e assentamentos. Partindo do geral para o singular, considerando as relações entre trabalho e educação estabelecidas na sociedade, a oposição entre educação rural ancorada pelo agronegócio e a proposta de Educação do MST pautada na luta de classe dos trabalhadores do campo.

As informações apontam vários limites e contraditoriamente vários avanços que permitem reconhecer a dimensão e a importância da luta por educação travada nessa Regional no sentido de implementação da Educação do MST. Nesse sentido, ao se tratar sobre a relevância das temáticas estudadas nos Encontros Regionais de educadores, a entrevistada F entende que

De modo geral, todos os temas trabalhados são relevantes: análise de conjuntura política para os educadores, confrontos, interesses em jogo, as categorias, Estado, trabalho, classe social, Pedagogia do MST, discussão sobre a Educação do Campo onde precisa ser sempre focado e analisado, debates sobre a construção e reformulação dos PPP's, pois nunca se esgotam; porém existe muita coisa escrita que não é colocado na prática.

Aqui fica evidente a preocupação e o empenho do Setor de Educação Regional em propiciar nos encontros de formação dos educadores e educadoras a discussão acerca de temas que possibilitem subsidiar a prática educativa. Em contrapartida, verifica-se que há limites enfrentados para efetivação da proposta na prática.

Para Camini (1998), é necessário ficar alerta e perceber que a educação no MST cresce e se complexifica a cada dia. Entender e atender a tudo e todos com responsabilidade militante/revolucionária é o grande desafio. Nesse sentido, o papel do educador torna-se imprescindível, uma vez que será ele o grande propulsor responsável para desenvolver a prática educativa revolucionária através de suas atividades diárias realizadas na escola.

Sobre essa questão, Pizetta (1997) aponta como um dos maiores desafios do MST a necessidade de que todos os professores participem dos processos de formação inicial e continuada promovidos pelo Movimento. E, ao fazer referência a respeito do Setor de Educação do MST, aponta para a necessidade de buscar garantir o funcionamento de coletivos de educação nos acampamentos e assentamentos, assim como nos Conselhos de Escolas

atuantes. Face à insuficiência de profissionais qualificados e com disponibilidade para a tarefa de articulação político pedagógica, é urgente intensificar o trabalho de formação para qualificar pessoas para que o projeto de Educação do MST crie as condições necessárias para a sua materialização. O caminho a ser trilhado é o da formação e organicidade, para assim contribuir no fortalecimento da estrutura orgânica do MST. A esse respeito, a entrevistada E relata que,

Outra questão é entender que a Educação do MST está muito além de uma prática educativa, não cabe vê-la somente como uma prática do conhecimento científico, esta não cabe apenas na escola, está para além da escola, em outros espaços educativos tais como congressos, nas místicas, marchas, assembleia. Tudo isso traz reflexões políticas para que os educadores possam fazer reflexões de suas vidas e do seu modo de trabalho e, de certa forma, intervir para mudar a realidade.

É possível afirmar com base no relato acima que falta ainda na Regional Sudoeste, por parte do setor de Educação, ampliar o debate a acerca da dimensão da Proposta Educativa do Movimento, pois alguns educadores desconhecem essa totalidade, fato que certamente implicará na efetivação da prática pedagógica.

Segundo Tilton (2006), a disputa de projetos colocados na sociedade em geral se expressam no interior das escolas do MST, em especial no trabalho pedagógico, e esses projetos dizem respeito à concepção de sociedade, formação humana e trabalho. São expressões da luta de classes que não cessa na porta de escola, seja ela da cidade ou do campo, seja ela de uma prefeitura ou de um movimento de luta. Nesse sentido, a entrevistada A entende que:

É preciso conhecer a realidade do MST, do fazer docente reflexivo, do saber da prática, da experiência. Na questão política, no início dos anos 90 as pessoas eram mais comprometidas do que hoje em dia, do ponto de vista da educação havia mais força de vontade. Eram poucas pessoas criteriosamente escolhidas.

No município de Vitória da Conquista, na gestão do PT, o Movimento indicava nomes para compor o quadro de pessoas para atuarem nas escolas dos acampamentos e assentamentos. Muitos desses nomes eram de militantes, assentados e educadores com formação dentro do próprio MST, através dos cursos de Magistério, Pedagogia, Letras, e demais educadores que já estavam há vários anos atuando nessas escolas, e que eram fruto do processo de formação na Regional. Desse modo, acumulavam conhecimentos importantes sobre a Educação do MST.

Ocorre que no ano de 2013, ainda na gestão do então “Partido dos Trabalhadores”, em atendimento às exigências da lei de admissão de funcionários públicos apenas por meio de concurso, seleção ou cargo de confiança, o MST passa a não mais indicar os educadores para as escolas. Como consequência, o Setor de educação da Regional perde praticamente todo o quadro de educadores, dentre esses: coordenadores pedagógicos, educadores, merendeiras, vigilantes e secretários. Na sequência, a prefeitura designa pessoas que foram aprovadas em concursos ou seleção para atuarem nas escolas do Movimento. Sobre essa questão acrescenta a entrevistada C:

A rotatividade de educadores, coordenadores e de outros quadros orgânicos das escolas, sem dúvida serviu para retroceder o trabalho que já havia sendo construído no Setor, as pessoas que estavam a vários anos nas escolas sem dúvida tinham algum perfil e pertença pelo MST. Antes eram estabelecidos alguns critérios para fazer parte do coletivo de educação.

Portanto, percebe-se que as mudanças são grandes e conseqüentemente implicarão diretamente na tarefa pedagógica de educar nas escolas do MST em Vitória da Conquista.

Outra questão relevante destacada pela entrevistada F, diz respeito à situação do PRONERA e dos parceiros do Movimento nessa Região:

A cada dia que passa, o estado brasileiro, quem está no poder, percebeu que o MST cresceu consideravelmente pelo viés da educação, vem formando muitos educadores, aí o governo criou o manual do PRONERA que não entra mais recurso, novas turmas; havia um convênio com a UESB de 5ª a 8ª série para jovens e adultos e parou nas primeiras turmas, tinha um curso Técnico em Saúde, Curso Técnico em Administração Rural, tudo ficou nas primeiras turmas. Há dois anos atrás a educação do MST teve a oportunidade de parceria com outros Cursos Técnicos pelo PRONERA e a UESB não teve capacidade funcional para executar os cursos. Na brigada Maria Zilda tinha uma lista com mais de 50 nomes de pessoas para participarem dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, porém, o recurso voltou para a União. Denota uma falta de vontade por parte dos parceiros de ajudar na luta dos trabalhadores.

A contradição entre a intervenção do Estado através da educação e a proposta educativa do MST torna-se mais visível e forte pela explicitação da luta de classe entre os latifundiários e os Sem Terras na formulação de suas propostas de educação (D’AGOSTINI, 2009). A proposta pedagógica do MST aponta para princípios humanistas e socialistas que não se materializam devido às condições objetivas do modelo de produzir a vida que é imposta pelo capital e regulada pelo Estado.

Desse modo, essas contradições, frutos da divisão social do trabalho e da sociedade de classes, expressam-se nas práticas educativas através da relação teoria e prática determinando a formação humana e profissional.

Algumas conquistas provenientes das lutas dos trabalhadores organizados destacam-se no campo da Educação no Sudoeste da Bahia, como entende a entrevistada A: “O que eu acho relevante é o trabalho da educação dentro da luta de classes promovendo uma mudança ideológica, uma superação de uma consciência ingênua, fazendo com que a educação seja emancipatória.”. Ainda nesse intuito, quando questionada sobre o que diferencia a escola tradicional das escolas do MST, acrescenta a entrevistada H,

O que diferencia a escola do MST com as tradicionais é a ideologia voltada para fortalecer a luta dos trabalhadores. A mística do MST está totalmente envolvida no currículo escolar e, por conta disso, as atividades e conteúdos são voltados para a valorização da luta da terra, rede temática como método pedagógico, valorização da opinião das famílias no desenvolvimento das escolas. Tudo isso diferencia das escolas tradicionais.

Busca-se através do processo de formação dos educadores nessa Regional realizar o debate sobre a importância do trabalho educativo desenvolvido na escola e sua importância para fortalecer a luta da classe trabalhadora. O planejamento das aulas é pautado nos temas geradores retirados da Rede Temática, proposta pensada pelo educador Paulo Freire. Busca-se desenvolver a mística com os educandos e educandas para contribuir no processo de compreensão dos fatos que legitimam a luta do Movimento. Acrescenta a entrevistada D:

A maior conquista foi ter conseguido criar o círculo de educação, ou seja, a partir desse momento conseguimos um reconhecimento burocrático, uma legitimação por parte do estado de que as escolas existiam e a educação dos assentados passou a ser fundamental para os mesmos. Outra conquista foi a construção das escolas que até então eram barracos de lona, por intermédio do INCRA.

Os Círculos de educação criados pela Secretaria de Educação de Vitória da Conquista, compreendem um determinado agrupamento de escolas localizadas na zona rural. Antes da criação dos círculos, as escolas das áreas de acampamentos e assentamentos faziam parte das escolas denominada “escolas isoladas”. Com a conquista dos Círculos, as escolas situadas nas áreas do Movimento são agrupadas entre si, e passam a ser reconhecidas burocraticamente pela prefeitura, tendo coordenação e direção próprias. Vale ressaltar que os círculos foram criados antes da inserção do MST neste município.

“Em 1998/1999, conseguimos implantar primeiramente o Ensino Fundamental II no assentamento Lagoa e Caldeirão, depois no Canguçu, no Boa Sorte, na Santa Marta. Atualmente todas essas escolas já têm até o Ensino Médio, fruto das lutas dos trabalhadores organizados”, relata a Entrevistada G.

Outra conquista importante é o fato da elaboração do PPP das escolas, segundo a entrevistada C, todas as escolas que compõem a Regional Sudoeste possuem o Projeto Político Pedagógico.

Destaca-se também a formação dos educadores que estão atuando nos assentamentos até 2013, pois são pessoas que estão dentro do perfil determinado pela lei. Muitos já têm de uma a duas especializações e outros estão chegando ao mestrado, o que demonstra por parte dos educadores e educadoras que existe preocupação com a aquisição do conhecimento.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO 2015 - REGIONAL SUDOESTE – DADOS DE 2013

| NOME DA ESCOLA | ASSENT./ACAMP. | MUNICÍPIO | Nº de Prof. | Nº de alunos | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|----------------------|-------------|--------------|-------------------|--------------------|----|-----|----|
| | | | | EI | EFI: 1º ao 5º ano | EFII: 6º ao 9º ano | EM | EJA | EP |
| Escola Mun. Joana Deolina Cerqueira | Assent. Marcha Brasil | Iguai | 2 | 15 | 55 | | | 18 | |
| Escola Municipal Zumbi Dos Palmares | Assent. Zumbi Dos Palmares | Iguai | 1 | | | | | | |
| Escola Municipal Fabio Santos | Assent. Riacho Da Palmeira | Iguai | 1 | 5 | 15 | | | | |
| Escola Municipal E. Che Guevara | Assentamento Cedro | Vitória da Conquista | 3 | 20 | 40 | | | 15 | |
| Escola Municipal Jose Gomes | Assentamento Paixão | Vitória da Conquista | 13 | 700 | 290 | 410 | | | |
| Escola Municipal União | Assentamento União | Vitória da Conquista | 1 | 5 | 20 | | | | |
| Escola Municipal baixa Da Fartura | Assentamento Amaralina | Vitória da Conquista | 12 | 33 | 260 | | | 25 | |
| Escola Municipal Baixa Da Fartura | Assentamento Amaralina (Ext.) | Vitória da Conquista | 00 | 00 | 00 | | | | |
| Escola Municipal Canaã | Assentamento Amaralina | Vitória da Conquista | 4 | 17 | | | | 21 | |
| Escola Municipal Landim | Assentamento Amaralina | Vitória da Conquista | 1 | 16 | 18 | | | | |
| Esc. Est. do Campo Lucia Rocha Macedo | Assentamento Lagoa E Caldeirão | Vitória da Conquista | 5 | | | | 50 | | |
| Escola Municipal Fabio Henrique | Assentamento Caldeirão | Vitória da Conquista | 11 | 30 | 70 | 50 | | 25 | |
| Escola Municipal Fabio Henrique | Extensão -Assentamento Baixão | Vitória da Conquista | 1 | 15 | 20 | | | 18 | |

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|----------------------|----|----|-----|----|----|----|--|
| Escola Mun. Conquista Do Rio Pardo | Assentamento Arizona | Vitória da Conquista | 1 | | | | | 19 | |
| Escola Municipal Pátria | Assentamento Olho Dagua | Vitória da Conquista | 1 | | | | | 18 | |
| Escola Municipal N.S. Mutum | Assentamento Mutum | Vitória da Conquista | 1 | 11 | 12 | | | 23 | |
| Escola Municipal São Mateus | Assentamento Cipo | Vitória da Conquista | 1 | | | | | 19 | |
| Escola do Assentamento Fábio Santos | Assentamento Fábio Santos | Vitória da Conquista | 1 | 7 | 20 | | | 22 | |
| Escola Municipal Manoel Bonfim | Assentamento Mocambo | Barra do Choça | 1 | 6 | 10 | | | | |
| Escola Municipal Maria Zilda | Assentamento Mocambo | Barra do Choça | 1 | 11 | 06 | | | | |
| Esc. Mun. Emiliano Zapata São José | Assentamento Cangussu | Barra do Choça | 15 | 50 | 200 | 60 | | 25 | |
| Esc. Est. do Campo Lucia Rocha Macedo | Assentamento Cangussu | Barra do Choça | 7 | | | | 60 | | |

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------|----|----|-----|----|----|----|-----|
| Escola Municipal Patria Livre | Assentamento Patria Livre | Barra do Choça | 1 | 4 | 11 | | | | |
| Esc. Est. do Campo Lucia Rocha Macedo | Assentamento Boa Sorte | Barra do Choça | 5 | | | 40 | 50 | 23 | |
| Centro de Educ. Territ. Cetep(Ext.) | Assentamento Cangussu | Barra do Choça | 6 | | | | | | 100 |
| Escola do Acampamento Fábio Santos | Acampamento Fábio Santos | Barra do Choça | 2 | 11 | 7 | | | 24 | |
| Escola Municipal Boa Esperança | Assentamento Boa Sorte | Ribeirão do Largo | 12 | 33 | 210 | 40 | | 26 | |
| Escola Municipal Elzi | Acampamento Elzi Meira | Ribeirão do Largo | 2 | 7 | 20 | | | 20 | |
| Escola Municipal Cama De Vara | Assentamento Cama de Vara | Encruzilhada | 4 | 23 | 55 | | | 25 | |
| Escola Municipal Santa Luzia | Acampamento Santa Luzia | Encruzilhada | 1 | 5 | 20 | | | | |
| Escola Municipal Primavera | Assentamento Primavera | Encruzilhada | 1 | 7 | 20 | | | 27 | |

4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DO MST NA REGIONAL

Considerando que as contradições se desenvolvem a partir das diferenças que constituem a forma geral do ser, a contradição não é uma coisa fixa, imutável, mas encontra-se em movimento incessante, em mudança constante, passando das formas inferiores às superiores. Desse modo, destacamos aqui os desafios apontados para a implementação da proposta de educação do MST na Regional Sudoeste, com base nos relatos dos entrevistados, onde é enfatizada a necessidade de superação dos limites, bem como a continuidade do processo da luta dos trabalhadores organizados para criar possibilidades de avançar nas perspectivas da superação. Desse modo, a entrevistada C entende que:

É preciso garantir a autonomia para a indicação do quadro de pessoal para atuar nas escolas dos assentamentos e assentamentos do MST em toda a Regional Sudoeste e no caso específico de Vitória da Conquista retomar a autonomia perdida.

Diante do que relata a entrevistada, é possível constatar que existe grande necessidade de intensificar a formação dos educadores e educadoras nessa regional, fortalecendo o quadro de militantes no intuito de que esses se preparem para serem aprovados nos concursos públicos realizados pelas prefeituras. Para além disso, o Setor de Educação precisa estar preparado para lidar com as saídas e entradas de novos funcionários nas escolas, fato esse que não pode enfraquecer o trabalho a ser desenvolvido no tocante à luta para o desenvolvimento da proposta pedagógica do MST nas escolas.

Vale ressaltar ainda nesse sentido a importância de buscar formar os coletivos pedagógicos nas escolas, incluindo as famílias assentadas e acampadas para que essas se apropriem da proposta pedagógica e participem dessa construção. Acrescenta a entrevistada H:

Hoje, o MST se depara com dificuldade de nomes para trabalhar nos assentamentos, pois são muitos. Há também um pouco de descrédito, isso é uma barreira que impede algumas pessoas para trabalharem nas escolas dos assentamentos.

Percebe-se aqui um certo declínio e a presença de limites a serem enfrentados e superados no trabalho desenvolvido pelo Setor nessa regional, quando a entrevistada coloca a questão do descrédito por parte de alguns profissionais que não se interessam em atuar nas

escolas do Movimento. Complementa a entrevistada D, politicamente falando, que os professores ainda não estão conseguindo desenvolver um sentimento de pertença para trabalhar no MST. Ainda sobre essa questão, relata a entrevistada F:

É preciso conhecer a realidade do MST, do fazer docente reflexivo, do saber da prática, da experiência. Na questão política, nos inícios dos anos 90 as pessoas eram mais comprometidas do que hoje em dia, do ponto de vista da educação havia uma força de vontade maior, eram poucas pessoas criteriosamente escolhidas.

Ao fazer uma comparação de como era a situação do envolvimento e da participação dos educadores que atuavam nas escolas do MST no início dos anos 90 e dos que atuaram ou atuam mais recentemente, a entrevistada traz a reflexão de que realmente houve enfraquecimento na motivação, participação e atuação desses nos trabalhos propostos pelo Setor. Fato que nos remete a questionar o enraizamento da proposta de educação do MST nas escolas, no período de 1994 a 2013. No tocante à perspectiva do desenvolvimento da educação nesta Regional, a entrevistada E entende que:

A proposta é que a educação se volte para a transformação da sociedade dentro da ideologia de luta de classes, mas isso deve ser feito no dia a dia de forma metodológica na prática educativa com os sujeitos, levando em conta os princípios filosóficos e pedagógicos do MST.

Aqui, diante do relato da entrevistada, verifica-se como perspectiva e desafio nessa Regional, discutir e implementar nas escolas a importância que o MST atribui a educação escolar e o papel que essa deverá desenvolver no processo da luta de classes, preparando o novo homem e a nova mulher, para contribuïrem de forma coerente e significativa para o avanço da classe trabalhadora rumo a construção de uma sociedade pautada nos valores humanistas e socialistas. Como já fora citado no capítulo anterior, esta proposta está embasada pelos princípios filosóficos e pedagógicos defendidos pelo Movimento. Para a entrevistada B:

A rotatividade de coordenadores no Setor de Educação e dos educadores nas escolas [...] a partir do crescimento do número de educadores fomos perdendo várias estratégias de ação na composição do quadro de pessoal; saída do Setor e/ou do MST de vários quadros; a implementação da proposta pedagógica do MST; a falta de determinados critérios para serem do coletivo regional.

É possível constatar, através do relato acima, algumas dificuldades enfrentadas referente à composição do quadro de coordenadores que compõem o coletivo dessa Regional.

Uma delas é a rotatividade, ou seja, constantes mudanças no quadro de funcionários, outra é a falta de critérios para buscar inserir no quadro de funcionários profissionais que se identifiquem ou que tenham abertura e disponibilidade para trabalhar com a Proposta de Educação do MST. Todos esses fatores incidem diretamente no avanço dos trabalhos a serem desenvolvidos nas escolas. A respeito do entendimento da consciência de classe, acrescenta a entrevistada A:

A questão da consciência de classe é algo bem complexo. O que eu sei que tais pessoas tinham uma compreensão dos objetivos que eram discutidos, deliberados nas propostas do MST, nos princípios pedagógicos e filosóficos. Daí nós lutávamos para que isso fosse implementado nas escolas mostrando que era realmente a luta de classes, trabalhar na ótica da pesquisa, mostrando a realidade que havia diferenças de classes sociais e que os assentados deveriam fazer enfrentamentos, ir para a luta, enfim, conseguindo mudar algumas realidades das escolas.

Verifica-se que há uma certa dificuldade em perceber avanços na compreensão acerca dos temas que são discutidos e estudados nos encontros de formação com os educadores, principalmente a respeito da consciência da luta de classe e do papel que cada educador deve desempenhar diante dos objetivos do Movimento. De forma geral, acredita-se que os educadores tentam empenhar-se para colocar em prática essa Pedagogia, mesmo que ainda de forma bastante complexa.

Reconhecer a força histórica da ideologia capitalista reproduzida pela educação, pela escola formal, e lutar e efetivar políticas públicas é um passo importante, mas, obviamente, não é suficiente para produzir mudanças (GARCIA, 2009). Entendemos, com base na dialética, que há um conjunto de circunstâncias a serem colocadas em movimento para se ter as possibilidades de avançar no caminho oposto a essa ideologia. Como, por exemplo, provocar esse movimento, essa dinâmica na prática social, a ponto de fazer emergir dos interesses dos sujeitos a necessidade e o compromisso com uma nova sociedade. A Escola pode essencialmente participar desse movimento utilizando as próprias contradições do capitalismo como potencial de transformação. Nessa perspectiva, a entrevistada A relata que:

O nosso papel enquanto educadores da classe trabalhadora é tentar fazer a diferença, seja lá na escola do MST ou em qualquer outro espaço que não seja do Movimento, seja na universidade, o importante é que a partir dos conhecimentos destes enfrentamentos da classe dominante fazer a nossa parte lutando para contribuir no entendimento da consciência de classe. O importante é fazer essa consciência de classe para si independente do lugar ou espaço onde estiver; lutar pelos direitos da classe trabalhadora, sua emancipação.

Nessa perspectiva, ser um educador da classe trabalhadora e fazer a diferença independentemente do lugar em que se estiver atuando, seja no movimento social ou fora dele, requer investimento e comprometimento com o processo de formação seja dos educadores, seja da militância como um todo.

Para D'Agostini, (2009, p. 116) citando Caldart (ANO), um curso de formação de educadores no interior do movimento só tem sentido se for para transformar radicalmente a educação e a escola. A organização dos cursos de professores do MST tem por objetivo a formação e qualificação profissional e de valorização dos mesmos, pontos esses destacados nos princípios educativos e pedagógicos do MST. Apesar da preocupação e das articulações em torno dessa questão, os cursos ainda são insuficientes para atender à crescente demanda de qualificação, que é essencial para assegurar nas escolas de assentamentos educadores do próprio Movimento, considerando-se que a maioria delas está vinculada ao Poder público Municipal, portanto sujeitos a suas regras, normas e a tensões dos embates políticos e ideológicos. Ainda nesse sentido, a entrevistada F entende que:

A luta para que o educador permaneça no cargo; uns se identificam outros não se identificam. Desse modo, a formação de educadores torna-se “quebrada”, ou seja, na primeira etapa vem um grupo, na segunda etapa vem outro grupo e na terceira etapa vem outro grupo; não há uma lógica sequencial de acompanhamento por parte dos educadores. Por isso, é um desafio muito grande fazer e promover a formação de educadores para o trabalho no campo.

Assim, diante de todos os desafios já evidenciados até aqui, no que se refere à formação dos educadores no MST, destaca-se mais uma vez a situação da não permanência dos educadores no cargo, seja por questões contratuais com o poder público, seja pelo fato de adaptação e perfil para trabalhar com as proposições colocadas pelo próprio Movimento. Ser educador na escola do MST requer disponibilidade e comprometimento para com as questões da classe trabalhadora e com os objetivos que se pretende alcançar. Para a entrevistada B:

Continuar lutando para que as escolas do MST consigam avançar na implementação da Proposta de Educação deste Movimento. Pois houve um tempo em que essas duas questões sobre escola estatal e as propostas do MST eram bem mais presentes em nossos debates no sentido de perceber que a escola pertence ao Estado, cujo qual, joga pesado para manter a hegemonia de sua ideologia, portanto elas não são do MST. Estão inseridas em áreas de assentamentos que enquanto território são coordenados pelo MST. É aí que mora a questão, lutar contra esse sistema não é *pra* (sic) qualquer pessoa/educador sem formação de consciência de classe. Isso fez e faz a diferença, é a nossa proposta de atuação político pedagógica, porque

temos uma intencionalidade ideológica que precisa predominar e sobrepor em nossos espaços escolares.

Acrescenta-se, com base no BOLETIM NÚMERO/12, (2014), que é preciso continuar priorizando e ampliando o trabalho de formação de educadores, visto que há muitos desafios pela frente. Pelos dados do PRONERA é possível estimar que existem em torno de dez mil professores que atuam nas áreas de reforma agrária ligados ao MST. A metade deles não tem a escolaridade exigida para o trabalho que realizam. Diante de todos os esforços feitos pelo MST, atualmente pouco mais de mil educadores participaram de cursos organizados pelo Movimento em parceria com o PRONERA e as universidades públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou responder à seguinte pergunta de investigação: que obstáculos, avanços e desafios se expressam na memória de educadores e lideranças do MST na Regional Sudoeste da Bahia no que diz respeito à construção da pedagogia do Movimento?

Nesse sentido, iniciamos a exposição do trabalho discutindo as bases materiais e as contradições que deram base à elaboração da educação e pedagogia do MST: a questão da luta pela terra no Brasil. Portanto, no capítulo primeiro, analisamos que o Brasil apesar de ser um dos maiores territórios do planeta, possuindo uma das mais extensas áreas agricultáveis do mundo, até hoje não conseguiu solucionar a problemática criada com a má distribuição de terras e as elevadas taxas de exclusão social entre seus habitantes. Essa problemática não solucionada implica originar intensos conflitos ao longo de toda a história do país.

Para compreender a problemática que envolve a questão agrária no Brasil, vale salientar que nem a luta pela terra, nem mesmo os mecanismos utilizados por parte dos trabalhadores para obter um pedaço de chão são novos. Assim como também não foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que a originou. Como afirma Bezerra:

O que aparece como novidade nesse contexto de luta pela terra, é a tentativa de se fazer uma ligação entre a questão cultural e educacional com a problemática da concentração de terras, discutindo-se formas de organização e defesa da propriedade coletiva dos meios de produção e da democratização do poder político e da propriedade. (BEZERRA NETO, 1998, p. 16).

O processo da luta pela terra no Brasil teve início com a resistência dos povos indígenas, ainda no período colonial, na tentativa de defender seu território invadido pelos portugueses. Ou seja, surgiu em detrimento da “Conquista” do território brasileiro pelos portugueses e também do sistema imposto aos índios sobre a posse e o uso da terra. Essa imposição do modelo de colonização estabelecida no Brasil, no bojo do capitalismo, intensificou a problemática que até o momento não foi solucionada. Em decorrência desses fatos surgiram várias organizações de lutas por parte dos trabalhadores.

Destacamos que todos os momentos de embates e lutas dos trabalhadores do campo ao longo da história do Brasil se deu em decorrência da imposição e manutenção do sistema capitalista, no qual a burguesia é a detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora encontra-se na condição de explorada, sendo obrigada a atender especificamente às demandas do capital.

Assim, a reivindicação dos trabalhadores através da luta acontece exclusivamente em torno da redistribuição da terra e do combate às investidas do capitalismo, no intuito de romper com as imposições inerentes a esse sistema.

Nesse interim, nasce o MST, oriundo das lutas concretas travadas pelos trabalhadores rurais em busca da conquista da terra, desenvolvidas de forma isolada na região Sul do Brasil, num período em que os povos do campo eram expulsos de seu território em decorrência do aumento da concentração de terras, em detrimento da crise do processo de colonização imposto pelo regime militar e da modernização da agricultura.

Como relata Araújo (2000), o aparecimento do MST no cenário brasileiro deve-se a um conjunto de fatores de natureza variada, entre eles, econômicos, políticos, sociais e ideológicos. O MST, nos últimos anos, vem se constituindo como o mais importante movimento popular brasileiro, sendo uma das organizações de massa mais relevantes da atualidade. Segundo Araújo:

O MST, a despeito de ter surgido no contexto das lutas populares da década de 80, que trazia um forte cunho de lutas localizadas, sofreu influências diversas, mas simultaneamente produziu uma atuação bastante original. Sua reivindicação principal é em torno da reforma Agrária, uma luta considerada reformista/economicista com o objetivo de melhorar a situação de pobreza dos trabalhadores do campo através da socialização da terra, cuja propriedade estava e está por demais concentrada, permitindo que o Movimento se tornasse a principal referência da luta de classe no Brasil do início do século XXI. (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Desde o início da sua formação, o MST se defrontou com a contradição central do sistema capitalista no campo, dessa forma ficou evidente a necessidade de compreender que para realizar uma Reforma Agrária eficaz, urge travar a luta contra o modelo vigente de sociedade. Assim, o MST representa um grande incômodo e ameaça para aqueles que detêm o poder dos meios de produção em nosso país e que representam as grandes elites.

Nesse contexto, é importante enfatizar que o processo de luta dos trabalhadores rurais no Brasil não é recente e tampouco a luta por uma educação pública de qualidade que atenda aos trabalhadores do campo, levando em consideração suas necessidades e especificidades.

O MST defende que a conquista da terra precisa estar vinculada a uma proposta de educação de classe que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo. Sendo assim, a educação para esse Movimento é fundamental para garantir a continuidade da luta rumo à construção de uma nova sociedade. Para tanto, é imprescindível que os filhos e filhas dos

acampados e assentados permaneçam no campo, estudem e se preparem para prosseguir nessa luta.

Com essa perspectiva, o MST reivindica do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para atender aos interesses do campo, rompendo com a dicotomia social do trabalho braçal para uma classe e o trabalho intelectual para outra classe. Pois, dessa forma, o MST acredita que ao partir da prática produtiva para o trabalho científico estará desenvolvendo uma relação dialética entre teoria e prática.

A educação no MST vai muito além da escola e se complementa com as diversas ações educativas desenvolvidas pelo Movimento no decorrer da sua trajetória. Nessa perspectiva, o MST foi construindo historicamente os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam e norteiam a sua proposta de educação.

Partindo da necessidade de garantir a continuidade dos estudos das crianças filhas e filhas dos acampados e assentados, o Setor de Educação começa a ser estruturado no Rio Grande do Sul desde 1986, contando atualmente com Coordenação Nacional, Coordenação Estadual e Coordenação Regional em cada Estado onde o MST está organizado.

No que se refere a chegada do MST na Região Sudoeste, especificamente no município de Vitória da Conquista, bem como todo o processo de luta e resistência até a sua consolidação que resultou na ocupação da Fazenda Mocambo, em agosto de 1994, considera-se esse o marco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nessa região. Destaca-se também nesse contexto a luta por uma escola e uma educação que atendessem aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

O Setor de Educação da Regional Sudoeste da Bahia foi constituído em 1994 diretamente relacionado à consolidação do MST nesse território.

Esse processo de luta apresenta-se em meio a inúmeros desafios, como a necessidade de educar para a cooperação e de capacitar pessoas que pensem a vida em sociedade a partir das necessidades coletivas, formando, assim, atores sociais que sejam capazes de realizar transformações sociais mais amplas na sociedade, partindo de uma educação relacionada com os temas conjunturais que partam da realidade (SALGADO, 2006).

Nesse sentido, para o MST é possível contrapor-se à escola controlada pelo Estado burguês, que é pública e, em tese, busca atingir a todos. Porém, o conteúdo nela trabalhado é privado, na medida em que orienta a visão de mundo dos futuros trabalhadores de acordo com a ideologia da classe dominante.

Contrapondo-se a essa realidade, apesar de todos os limites que o modelo de sociedade capitalista impõe, o MST buscou formar o Setor de Educação em todos os assentamentos e

acampamentos para, a partir de uma pedagogia emancipatória, construir as bases de uma sociedade igualitária, entendendo a educação como um elemento fundamental no processo de transformação social (CALDART, 1997, p. 34).

Diante da necessidade de implementar nas escolas a Proposta de Educação do MST, o Setor de Educação da Regional Sudoeste da Bahia tem como um dos seus principais desafios realizar a formação dos educadores. Os professores designados para trabalhar nas escolas de acampamentos e assentamentos do MST nessa região, em sua grande maioria desconheciam às questões relacionadas a este Movimento, bem como acerca da sua Proposta específica de Educação a ser desenvolvida e implementada nas respectivas escolas. Muitos desses professores traziam consigo experiências de atuação em escolas ligadas à zona urbana e rural dos seus respectivos municípios.

O estudo é um dos princípios organizativos do MST, este princípio reforça a importância da busca pelo conhecimento. Estudar é sempre necessário, sendo assim a formação continuada dos educadores e educadoras que atuam nas escolas do MST é uma questão de prioridade

Deve-se salientar que, para os Trabalhadores Rurais Sem Terra, a educação e a escola exerce uma função tática no enfrentamento contra a classe dominante, por compreender que é também através desse processo educativo que se constroem novas concepções de mundo capazes de contribuir tanto para a alienação quanto para a libertação dos sujeitos envolvidos.

Os espaços educativos construídos coletivamente nos Encontros Regionais de educadores têm contribuído no processo de discussão, socialização e formação desses educadores e educadoras. Nesse sentido, de acordo com documento produzido pelo MST/Regional Sudoeste (2012), a proposta é de que a formação não se dê apenas na realização desses encontros, mas que, além disso, sejam reservados aos educadores e educadoras, e a todos que compõem o coletivo de educação do MST, momentos periódicos e sequenciais de formação.

No que se refere aos recursos financeiros para subsidiar a realização dos encontros de formação dos educadores na Regional, constatamos nas falas dos entrevistados que raramente as prefeituras se comprometem em contribuir com algum investimento, seja com o transporte para deslocamento dos educadores, seja na preparação dos materiais necessários para o estudo, ou mesmo com a alimentação e disponibilidade de espaços. E quando dispunham de algum recurso, isso ocorria mediante exaustivo processo de reivindicação por parte da Direção Regional do Movimento e do Setor de Educação.

Aqui fica evidente a preocupação e o empenho do Setor de Educação Regional em propiciar nos encontros de formação dos educadores e educadoras a discussão acerca de temas que possibilitem subsidiar a prática educativa. Em contrapartida verifica-se que há limites enfrentados para efetivação da proposta na prática.

Para Camini (1998), é necessário ficar alerta e perceber que a educação no MST cresce e se complexifica a cada dia. Entender e atender a tudo e todos com responsabilidade militante/revolucionária é o grande desafio. Nesse sentido, o papel do educador torna-se imprescindível, uma vez que será ele o grande propulsor responsável em desenvolver a prática educativa revolucionária através de suas atividades diárias realizadas na escola.

É possível afirmar, com base nos relatos extraídos das entrevistas, que há uma carência na Regional Sudoeste em ampliar o debate acerca da dimensão da Proposta Educativa do Movimento, pois alguns educadores desconhecem essa totalidade, fato que certamente implicará a efetivação da prática pedagógica.

Outra questão que merece destaque é que no município de Vitória da Conquista, na gestão do PT em (1997), o Movimento adquiriu o direito no processo de indicação dos nomes para compor o quadro de pessoas para atuarem nas escolas dos acampamentos e assentamentos. Muitos desses nomes eram de militantes, assentados e educadores com formação dentro do próprio MST, através dos cursos de Magistério, Pedagogia, Letras, e demais educadores que já estavam a vários anos atuando nessas escolas, os quais eram frutos do processo de formação na Regional, desse modo acumulavam conhecimentos importantes sobre a Educação do MST. Ocorre que no ano de 2013, ainda na gestão do “Partido dos Trabalhadores”, o MST perde essa importante conquista. Como consequência, o Setor de educação da Regional perde praticamente todo o quadro de educadores, dentre esses coordenadores pedagógicos, educadores, merendeiras, vigilantes e secretários. Na sequência, a prefeitura designa pessoas que foram aprovadas em concursos ou seleção para atuarem nas escolas do Movimento.

Portanto, percebe-se que as mudanças provenientes da falta do direito de indicar os quadros são grandes e conseqüentemente implicarão diretamente na tarefa pedagógica de educar nas escolas do MST em Vitória da Conquista.

Busca-se através do processo de formação dos educadores nesta Regional realizar o debate sobre a importância do trabalho educativo desenvolvido na escola e sua importância para fortalecer a luta da classe trabalhadora. O planejamento das aulas é pautado nos temas geradores retirados da Rede Temática, proposta pensada pelo educador Paulo Freire. Busca-se

desenvolver a mística com os educandos e educandas para contribuir no processo de compreensão dos fatos que legitimam a luta do Movimento.

Destacamos aqui algumas conquistas do Setor de Educação Regional Sudoeste (1994-2013):

1. A criação dos Círculos de Educação criados pela Secretaria de Educação de Vitória da Conquista, compreendem um determinado agrupamento de escolas localizadas na zona rural. Antes da criação dos círculos as escolas das áreas de acampamentos e assentamentos faziam parte das escolas denominada “escolas isoladas”. Com a instituição dos Círculos, as escolas situadas nas áreas do Movimento, são agrupadas entre si, e passam a ser reconhecidas burocraticamente pela prefeitura, tendo coordenação e direção próprias. Vale ressaltar que os círculos foram criados antes da inserção do MST nesse município;
2. Em 1998/1999 foi implantado o Ensino Fundamental II no assentamento Lagoa e Caldeirão, depois no Canguçu, no Boa Sorte, na Santa Marta. Atualmente todas essas escolas já têm até o Ensino Médio, fruto das lutas dos trabalhadores organizados;
3. Importante destacar a elaboração dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), das escolas. Todas as escolas que compõem a Regional Sudoeste possuem o PPP;

Destaca-se também a formação dos educadores que atuaram nos assentamentos até 2013, pois são pessoas que estão dentro do perfil determinado pela lei. Muitos já têm de uma a duas especializações e outros estão chegando ao mestrado;

Considerando as contradições que se desenvolvem a partir das diferenças que constituem a forma geral do ser, a contradição não é uma coisa fixa, imutável, mas encontra-se em movimento incessante, em mudança constante, passando das formas inferiores às superiores. Desse modo, destacamos aqui os desafios apontados para a implementação da proposta de educação do MST na Regional Sudoeste, com base nos relatos dos entrevistados, em que é enfatizada a necessidade de superação dos limites, bem como a continuidade do processo da luta dos trabalhadores organizados para criar possibilidades de avançar nas perspectivas da superação:

1. Faz-se necessário garantir a autonomia para a indicação do quadro de pessoal para atuar nas escolas dos assentamentos e assentamentos do MST em toda a Regional Sudoeste e no caso específico de Vitória da Conquista retomar a autonomia perdida;
2. Trabalhar a formação dos educadores e educadoras no sentido de desenvolver o sentimento de pertença pelo MST;

3. Trabalhar a formação dos educadores com ênfase na realidade do MST, do fazer docente reflexivo, do saber da prática, da experiência. Na questão política, nos inícios dos anos 90 as pessoas eram mais comprometidas;
4. Pensar dispositivos educacionais que contribuam para uma formação e organização da escola como ponto de apoio nas lutas pela transformação da sociedade levando em conta os princípios filosóficos e pedagógicos do MST;
5. Diminuir a rotatividade de coordenadores no Setor de Educação e dos educadores nas escolas. Esse fato implica uma tentativa de superar as perdas de quadros e compromete a implementação da proposta pedagógica do MST;
6. Estabelecer critérios para avaliar os profissionais que desejarem se inserir no MST no intuito de garantir pessoas com perfil para atuar na luta da educação.

Este estudo buscou compreender, nos limites da pesquisa realizada, a construção e o desenvolvimento das proposições de educação do MST na regional Sudoeste da Bahia. Vale ressaltar aqui o importante papel desempenhado pelo MST nesse contexto, bem como reconhecer as contradições que permeiam este Movimento e sua Proposta de Educação. Nesse sentido, urge avançar nos estudos a respeito da Proposta de Educação do MST a fim de compreender suas contradições e possibilidades e como essas formulações vêm sendo desenvolvidas nas singularidades das regionais, assentamentos e acampamentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **Da luta contra a exclusão à reinserção da escola pública popular: a luta pela escolarização no MST da Bahia**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências e Práticas Educativas), Universidade de Franca, Franca, 2000.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOGO, Ademar. O vigor da mística. **Caderno de Cultura MST**, n. 2, São Paulo, 2002.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 12, 2014, São Paulo. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária II ENERA. Texto para estudos e debates. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016> Acesso em: 10 nov. 2015.

CAMINI, Isabela. **O Cotidiano Pedagógico de professores e professoras de uma escola de assentamento do MST: limites e desafios**. 1998. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2002. 284f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2002. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-fabiano-coelho>> Acesso em: 20 nov. 2015.

COMILO, Maria Edi da Silva; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: a mística como pedagogia dos gestos no MST. **Revista Eletrônica de Educação, São Carlos**, ano 3, n. 6, jan./jul. 2010. Disponível em:<http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2011/8/371_469_publimg.pdf> Acesso em: 20 out. 2015.

D'AGOSTINI, Adriana. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DOSSIÊ MST ESCOLA: Documentos e estudos 1990 - 2001. **Caderno de Educação**, n. 13, São Paulo, ago. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

GARCIA, Fátima Moraes. **A contradição entre teoria e prática na escola do MST**. 2009. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GIROUX, H. **Pedagogia Radical**: subsídios. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2003.

HONORATO, Júlio Delfino. **A Pedagogia do MST no Espaço da Escola Emiliano Zapata em Barra do Choça - BA**. Monografia. UFRN, 2006.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Dinorah Nogueira de Souza. **A Educação nos assentamentos de Sem Terra no Sudoeste da Bahia**: o caso do Assentamento de Amaralina em Vitória da Conquista. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2015.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Memória compartilhada e história**: entre alienação e ideologia. 2015. 150f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

MEDEIROS, Ruy. A greve dos trabalhadores Rurais na cultura do café. **Caderno do Ceas**, n. 43. Salvador: Edição Loyola, 1980. p. 70.

MÉSZÁROS, I. 1930. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1. 03 abr. 2002

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST - Regional Sudoeste. Projeto de Formação Continuada para Educadores (as) das Escolas de Assentamentos de Reforma Agrária na Regional Sudoeste da Bahia. 2012

MST - Regional Sudoeste. Proposta política e pedagógica para às escolas de assentamentos de Reforma Agrária. 2014

NEVES, L. W. **Política educacional nos anos 90: determinantes e propostas**. Recife: Editora UFPE, 1995.

ONOFRE, G. R.; SUZUKI, J. C. Reflexões sobre a reforma agrária no Brasil. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP), 4, 2008, São Paulo. **Anais ...**, São Paulo, p.1013-1034. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/onofre_g_r.pdf> Acesso em: 12 nov. 2015.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão, 2003.

PIZZETA, A. **Formação e Práxis dos professores de escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo**. 1999. 285f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Disponível em:<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 01 nov. 2015.

PRINCÍPIO da Educação no MST. **Caderno de Educação**. Porto Alegre, n. 8, 1996.

SALGADO, J. F. H. **A práxis Pedagógica da escola José Gomes Novais em Vitória da Conquista Bahia** - Desafios e Possibilidades. Monografia (Graduação em Pedagogia.) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006

SCHWINGEL, K. Entre ritos e imagens: o poder simbólico no assentamento conquista na fronteira. **Revista Semina**, Londrina, v.12, n.1, 2013. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/3654>> Acesso em: 28 out. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1997

STEDILE, J.P. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TANAJURA, M. **História de conquista, Crônica de uma Cidade.** Vitória da Conquista: 1992

TEDESCO, J. C. **Passado e presente em interfaces:** introdução a uma análise sócio histórica da memória. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

TITTON, M. **Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades.** 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. **Escola e movimento social:** a experiência em curso no campo brasileiro. 1 ed. São Paulo: Expresso Popular, 2011.

VENDRAMINI, C. R. **Ocupar, Resistir e Produzir:** um estudo da proposta pedagógica do Movimento Sem Terra. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Quais as maiores dificuldades encontradas pelo movimento quando se iniciou o trabalho com a formação de educadores nos anos 1990?
2. Como era a estrutura para a realização dos encontros?
3. Como você vê a participação e nível teórico e político dos professores no início dos anos 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e nos governos de Lula e Dilma?
4. Nestes anos de participação de encontros de formação de professores do MST, como você avalia o processo de desenvolvimento da consciência de classe e intervenção na política educacional dos professores do MST na regional?
5. Que boas e más lembranças você guarda da luta pela educação na regional sudoeste?
6. Em relação à escola, como você analisa a relação entre a escola estatal e as propostas de educação escolar do MST?
7. Diante do processo de lutas desencadeado pelo MST na regional Sudoeste, quais foram as conquistas mais relevantes obtidas pelo Setor de Educação desde a sua estruturação até o presente momento?
8. Quais questões você destacaria como mais relevantes nos encontros de formação regional dos educadores e educadoras do MST no decorrer da sua trajetória?
9. Na sua opinião diante das conquistas obtidas pelo setor de educação, teve alguma que se perdeu ou se enfraqueceu com o passar do tempo? A que você atribui esse retrocesso?

10. Atualmente quais são os desafios enfrentados no sentido de garantir a realização dos encontros de formação dos educadores e educadoras do MST na regional Sudoeste?